

INSTITUTO ENSINAR BRASIL

FACULDADES UNIFICADAS DE IÚNA-ES

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**A OBRIGATORIEDADE DO INGRESSO ESCOLAR A
PARTIR DOS 4 ANOS DE IDADE NA PERSPECTIVA
DA COMUNIDADE ESCOLAR DO CEMEI
MANOELINA EVARISTO DA SILVA MATAVELI,
LOCALIZADA NO DISTRITO DE SANTA MARTA DA
CIDADE DE IBITIRAMA-ES**

GLEICE KELLE FERREIRA QUEIROZ PEIXOTO

JAQUELINE LIMA DE SOUZA VIEIRA

Gleice Kelle Ferreira Queiroz Peixoto
Jaqueline Lima de Souza Vieira

**A OBRIGATORIEDADE DO INGRESSO ESCOLAR A PARTIR DOS 4 ANOS DE
IDADE NA PERSPECTIVA DA COMUNIDADE ESCOLAR DO CEMEI MANOELINA
EVARISTO DA SILVA MATAVELI, LOCALIZADA NO DISTRITO DE SANTA
MARTA DA CIDADE DE IBITIRAMA-ES**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Ensinar Brasil como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia orientado pela Professora Laudineia Pirovani da Costa.

Íluna
2014

Gleice Kelle Ferreira Queiroz Peixoto
Jaqueline Lima de Souza Vieira

**A OBRIGATORIEDADE DO INGRESSO ESCOLAR A PARTIR DOS 4 ANOS DE
IDADE NA PERSPECTIVA DA COMUNIDADE ESCOLAR DO CEMEI MANOELINA
EVARISTO DA SILVA MATAVELI, LOCALIZADA NO DISTRITO DE SANTA MARTA
DA CIDADE DE IBITIRAMA-ES**

**Monografia/TCC submetida à
Comissão examinadora designada
pelo Curso de Graduação em
Licenciatura em Pedagogia como
requisito para obtenção de grau de
Licenciatura e aprovada pela seguinte
banca examinadora**

Prof^a. Laudineia Pirovani da Costa
Instituto Ensinar Brasil
Orientadora

Prof^a. Junia Moreira
Instituto Ensinar Brasil
Avaliador

Prof. Fernando Portes
Instituto Ensinar Brasil
Avaliador

lúna, 08 de dezembro de 2014.

Dedicamos esta pesquisa primeiramente a Deus, pois é Ele o dono de todo conhecimento e saber, o criador das ciências e o pai que presenteou a sua maior criação, o homem, com o dom da sabedoria e o dotou de criticidade e de inteligência. Dedicamos ainda esta pesquisa ao nosso conhecimento, pois por meio dela fortalecemos nossa cognição e alargamos nossos horizontes intelectuais. Dedicamos este trabalho também, aos nossos pais, irmãos e filhos que são pessoas que sempre estarão presentes em nossas vidas nos ajudando e nos apoiando, independente da fase em que vivamos; e aos nossos esposos que nos auxiliaram em todas as etapas dessa grande e árdua jornada em busca do conhecimento.

Obrigada meu Deus! Pois desde o início da minha caminhada tu estiveste comigo me amparando e me fortalecendo a cada momento, e não me deixando desanimar da conquista de um grande sonho. Aos meus Pais Mirce e João pelo amor e todo amparo nos momentos em que mais precisei, às minhas irmãs pelo auxílio e a amizade dedicados a mim e aos meus filhos. Ao meu esposo Leandro pelo companherismo e a dedicação durante todo esse tempo, você Leandro foi o primeiro que acreditou em mim, e me incentivou a lutar pela realização deste sonho, me amparou nos momentos difíceis e soube compreender meus momentos de aflição e ausência. Agradeço-lhe principalmente por ter se encarregado de cuidar de nossos filhos todo esse tempo. A eles Jhenifer Adeliny e Anthony Miguel que tenho todo prazer do mundo em chamá-los de "meus filhos", me completam e são minha razão de viver. O que dizer de você amiga Gleice? Um anjo que Deus enviou no meu caminho, uma irmã, uma grande amiga, acredito que vão faltar palavras para descrever o que você significa para mim, pois nos momentos mais difíceis eu sabia que podia contar com você, aliás, dedico a você essa grande conquista da minha vida, pois sem você não conseguiria com tanto êxito. Verdadeiramente uma grande companheira para os momentos de alegrias e de tristezas, de derrotas e de vitórias. Aos funcionários da instituição pelo companheirismo e dedicação. Agradeço ainda as nossas orientadoras, professora Laudineia e Vanessa, pela atenção e pelo comprometimento. Enfim a todos que me apoiaram direta ou indiretamente, a minha homenagem, carinho e eterna gratidão.

Jaqueline Lima de Souza Vieira

Agradeço primeiramente a Deus, o Criador da vida, pelo infinito amor, graça e misericórdia dispensadas sobre mim todos os dias de minha vida; agradeço aos meus pais Solimar e Célia que sempre me incentivaram e me ampararam nos momentos de peleja; agradeço também aos meus irmãos Jéssica e Júnior, que juntos mantemos a cultura genética familiar e que sempre me ajudaram e me apoiaram, e aos familiares que estiveram à disposição quando necessitei; sou grata ao meu esposo Ríquisom pela compreensão e pelo apoio constantes; agradeço as colegas de jornada por compartilhar a companhia, as risadas, o conhecimento e também a despesa, e em especial a amiga Jaqueline, que me suportou nos momentos difíceis, que sempre esteve a disposição quando precisei, que me ouviu e me amparou nos meus momentos de crise, sou muito agradecida a Deus por ter colocado essa pessoa tão especial em meu caminho; agradeço também, aos professores, em especial aqueles que despertaram o senso crítico e o amor pela educação e aos funcionários da Faculdade que sempre nos prestaram excelente atendimento; e por fim as nossas orientadoras, professora Laudineia e Vanessa, pela atenção e pelo comprometimento.

Gleice Kelle Ferreira Queiroz Peixoto

“É pelo trampolim do riso e não pela lição de moral que se chega ao coração das crianças”

(PAES, 1996)

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Porque matricular as crianças num CEMEI.....	45
GRÁFICO 2- Processo de Matrícula.....	47
GRÁFICO 3 – Dificuldade de adaptação das crianças na rotina escola..	50
GRÁFICO 4 – Importância da educação infantil.....	54
GRÁFICO 5 – Avaliação da estrutura física do CEMEI.....	56
GRÁFICO 6 – Melhorias necessárias à estrutura do CEMEI.....	56

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Acolhimento e Adaptação das crianças no CEMEI.....	48
QUADRO 2 – Aceitação da criança à educação infantil e seu comportamento ao ser matriculada no CEMEI.....	51
QUADRO 3 – Ensino oferecido e contribuição para o desempenho escolar.....	52
QUADRO 4 – Contribuição das atividades desenvolvidas no CEMEI.....	53
QUADRO 5 – Opinião da comunidade escolar quanto à influência da Educação Infantil na formação das crianças.....	58
QUADRO 6 – Influência da lei sobre o convívio familiar.....	60

RESUMO

A presente pesquisa aborda a obrigatoriedade do ingresso escolar a partir dos 4 anos de idade conforme proposta da Lei 12.796/2013, na perspectiva da comunidade escolar do CEMEI Manoelina Evaristo da Silva Mataveli, localizada no distrito de Santa Marta da cidade de Ibitirama-ES. O tema foi selecionado por tratar-se de uma exigência que tende a provocar questionamentos na comunidade escolar do município de Ibitirama-ES. Este trabalho traz uma breve abordagem da história da Educação Infantil. Explana sobre algumas concepções educativas e traz uma revisão de literatura sobre o processo de desenvolvimento infantil e o ambiente escolar. Por objetivos tem-se: analisar a adaptação da criança ao ambiente escolar aos 4 anos de idade; pontuar os possíveis resultados inerentes ao ingresso escolar aos 4 anos de idade; identificar se a instituição está preparada para receber esta clientela; investigar a reação dos pais mediante a nova proposta de inserção escolar regulamentada pela Lei 12.796 de 04 de abril de 2013. Para tanto foi elaborado um questionário estruturado para levantar dados referentes a opinião da comunidade escolar do CEMEI. Os resultados mostraram que apesar da educação infantil ser considerada uma modalidade de grande relevância na vida dos alunos, ainda existe resistência de algumas pessoas quanto ao matricular a criança aos 4 anos de idade na pré-escola. Os resultados obtidos foram de extrema relevância para a pesquisa. Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa trouxe informações que podem vir a auxiliar tanto a instituições onde se realizou o estudo, como a comunidade a qual pertence e o próprio município.

Palavra-chave: Pré-escola. Família. Criança. Obrigatoriedade de Matrícula.

ABSTRACT

This research addresses the mandatory school enrollment from the age of 4 as proposed by the Law 12,796 / 2013 in view of the school community CEMEI Manoelina Evaristo da Silva Mataveli, located in the district of Santa Marta City Ibitirama-ES. The theme was selected because it is a requirement that tends to provoke questions in the school community of the city of Ibitirama-ES. This paper provides a brief overview of the history of early childhood education. Explains some educational concepts and brings a literature review on the development of children and the school environment. By objectives we have: analyze the adjustment of the child to the school environment to 4 years of age; scoring the possible outcomes inherent in school enrollment to 4 years of age; identify whether the institution is prepared to receive this clientele; investigate the reaction of parents by the proposed new school integration regulated by Law 12796 of April 04, 2013. For this purpose we designed a structured questionnaire to collect data concerning the opinion of the school community of CEMEI. The results showed that despite the early childhood education be considered a form of great importance in the lives of students, there is still resistance of some persons to enroll their child at 4 years of age in preschool. The results were very important for the research. From the academic point of view, the research brought information that may assist both the institutions where the study was conducted, as the community to which it belongs and the municipality itself.

Keyword: Preschool. Family. Child. Compulsory Registration.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	UM BREVE RELATO HISTÓRICO	16
2.1	EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL.....	17
3	CONCEPÇÕES EDUCATIVAS	21
3.1	EDUCAÇÃO INFANTIL: PRÉ-ESCOLA OU CRECHE?.....	25
4	AS LEIS E A EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE MUDOU?	28
5	O DESENVOLVIMENTO INFANTIL E O AMBIENTE ESCOLAR	31
5.1	CRIANÇA, FAMÍLIA E ESCOLA.....	34
6	METODOLOGIA	38
6.1	CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO.....	38
6.2	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	39
6.3	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	41
7	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	43
7.1	RESULTADOS ENCONTRADOS NA PESQUISA	44
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
	REFERÊNCIAS	65
	ANEXOS	72
	APÊNDICES	73

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como tema a obrigatoriedade do ingresso escolar a partir dos 4 anos de idade na perspectiva da comunidade escolar do CEMEI Manoelina Evaristo da Silva Mataveli, localizada no distrito de Santa Marta da cidade de Ibitirama-ES, pretendendo assim ressaltar a opinião desta comunidade sobre a importância da Educação Infantil, especificamente da Pré-escola, na formação da criança.

Crescer para o ser humano está relacionado às mudanças de ambientes, evolução e descoberta de novos horizontes, e entre essas mudanças típicas do crescimento está o completar 04 anos, é “com essa idade que as crianças deixam de estar na primeira fase da educação infantil e passam para a pré-escola” (ROJAS, 2014, p. 03).

A maioria das crianças, na perspectiva de Didonet (2001, p.11) é “o imaginário dos pais e da sociedade”, e para torná-lo real, milhares de espaços, instituições e formas são criados onde se “inventam jeitos de atender à criança, para aproximá-la do imaginário”, tais ambientes são as escolas, as creches, as pré-escolas, entre outras. O autor ainda relata que a criança é uma “pessoa única e irrepetível” e que nenhuma imposição ou processo poderá uniformizá-la.

Durante muito tempo a educação das crianças pequenas era responsabilidade das famílias ou da sociedade em que viviam. Era com essas que as crianças aprendiam a viver em sociedade, as tradições e regras da comunidade e obtinham os conhecimentos necessários para sua sobrevivência na vida adulta. Durante um bom tempo não existiam instituições responsáveis pela educação infantil (CRAIDY; KAERCHER, 2001).

Segundo referências históricas, a creche foi criada para cuidar das crianças pequenas, cujas mães precisavam exercer trabalho extradomiciliar. A Revolução Industrial, no século XVIII, na Europa, deu partida à contratação de mão-de-obra feminina, provocando uma marcante alteração na forma de educar as crianças. Naquele período homens e crianças maiores trabalhavam em indústrias têxteis, e agora com a mãe também trabalhando fora, os pequeninhos ficavam em casa sem alguém que cuidasse deles. Assim sendo, aumentou o índice de acidentes

domésticos, desnutrição e a alta mortalidade infantil; dados estes que chamaram a atenção e despertaram o sentimento de piedade e solidariedade de religiosos, empresários, educadores, entre outros, dando assim início ao surgimento das instituições dedicadas a cuidar de crianças pequenas (DIDONET, 2001).

Nos últimos tempos, houve uma expressiva expansão da Educação Infantil no Brasil (CRAIDY; KAERCHER, 2001). Um fator importante que marcou este crescimento foram as legislações pertinentes ao tema. A Constituição Federal de 1988 reconhece o dever do Estado e o direito da criança de ser atendida em creches e pré-escolas e vincula esse atendimento à área educacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9.394/96 – regulamenta a Educação Infantil, definindo-a como primeira etapa da Educação Básica e estabelecendo como sua finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade (BRASIL, 1988; BRASIL, 1996).

Ainda no que tange as legislações, são instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010), entre outros documentos norteadores desta etapa. Dentre as legislações vigentes, esta pesquisa abordou com maior ênfase a Lei 12.796 de 04 de abril de 2013, mais precisamente o seu art. 1º que faz severas alterações, em especial, no art. 4º da Lei 9.394 de 04 de dezembro de 1996 e estabelece a “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade” (BRASIL, 2013).

Mediante as exigências abarcadas pela legislação e as possíveis discussões que as mesmas podem causar, estabeleceu-se o seguinte tema para o desenvolvimento desta pesquisa: A obrigatoriedade do ingresso escolar a partir dos 4 anos de idade na perspectiva da Comunidade Escolar do CEMEI Manoelina Evaristo da Silva Mataveli, localizada no distrito de Santa Marta da cidade de Ibitirama-ES.

Para o seu desenvolvimento, problematizou-se o seguinte: como a Comunidade Escolar do CEMEI Manoelina Evaristo da Silva Mataveli, localizada no distrito de Santa Marta da cidade de Ibitirama-ES avalia a obrigatoriedade do ingresso escolar à partir dos 4 anos de idade?

Como objetivo geral estabeleceu-se: analisar a opinião da Comunidade Escolar do CEMEI Manoelina Evaristo da Silva Mataveli, localizada no distrito de Santa Marta da cidade de Ibitirama-ES quanto a obrigatoriedade do ingresso escolar à partir dos 4 anos de idade.

Especificamente, foram delineados os seguintes objetivos:

- Analisar a adaptação da criança ao ambiente escolar aos 4 anos de idade;
- Pontuar os possíveis resultados inerentes ao ingresso escolar aos 4 anos de idade;
- Identificar se a instituição está preparada para receber esta clientela;
- Investigar a reação dos pais mediante a nova proposta de inserção escolar regulamentada pela Lei 12.796 de 04 de abril de 2013.

O tema originou-se a partir dos anseios das acadêmicas Gleice Kelle Ferreira Queiroz Peixoto e Jaqueline Lima de Souza Vieira, durante a realização do Estágio Curricular Supervisionado I – Educação Infantil, no qual depararam-se com os questionamentos dos pais e professores referente à nova proposta de inserção escolar, mais precisamente a obrigatoriedade da matrícula das crianças na pré-escola a partir dos 4 anos de idade.

Além desse fator, a temática desperta um interesse pessoal em adquirir maior compreensão do assunto, uma vez que trará enriquecimento teórico às pesquisadoras enquanto futuras profissionais atuantes na educação infantil.

Outro elemento que torna esta pesquisa relevante é o alargamento dos conhecimentos quanto às particularidades que cada etapa do desenvolvimento infantil compreende, uma vez que diante da proposta de obrigatoriedade do ingresso da criança de 4 anos na educação, a aquisição de tais conhecimentos para o cumprimento do trabalho pedagógico se torna condição *Sine qua non*¹. Segundo Gesell (2003, p. 45) cada idade tem suas peculiaridades e o que a criança é capaz de fazer em uma determinada idade é fruto de conquistas emanadas do amadurecimento cognitivo e fisiológico. Cada idade tem “sua própria individualidade, a sua própria tarefa de desenvolvimento, seu próprio clima e a sua própria maneira de ser”.

Assim, por se tratar de um assunto polêmico, de interesse múltiplo e ao mesmo tempo atual, o desenvolvimento dessa pesquisa buscou contribuir fornecendo dados importantes e analisáveis para a comunidade acadêmica, ao mesmo tempo em que se propôs configurar-se como uma possibilidade de manifestação de opinião pública da Comunidade Escolar do distrito de Santa Marta município de Ibitirama-ES.

¹ É uma expressão que se originou do termo legal em latim que pode ser traduzido como “sem a/o qual não pode ser”. Refere-se a uma ação cuja condição ou ingrediente é indispensável e essencial.

A metodologia adotada evidencia, quanto aos objetivos, características de cunho descritivo, e quanto aos procedimentos, como bibliográfica, de levantamento e documental. Para a coleta de dados utilizou-se como instrumento à entrevista totalmente estruturada, a fim de obter as informações necessárias ao atendimento dos objetivos propostos.

2 UM BREVE RELATO HISTÓRICO

Após a primeira guerra mundial com o aumento do número de órfãos e a deterioração ambiental, as funções das instituições que cuidavam de crianças foram evidenciadas. Nesta mesma época surgiu, principalmente por parte dos profissionais da medicina, especificamente, da médica psiquiatra italiana Maria Montessori, um maior interesse na educação infantil, que começaram a utilizar de materiais, por eles confeccionados, para desenvolver atividades educativas (SILVEIRA, 2010).

Segundo Silveira (2010), a infância ganha novas concepções e preocupações no século XX. Houve neste período valiosas contribuições para a educação infantil e que atualmente são usadas pelos professores como bases para o desenvolvimento das atividades educativas, dentre elas, as teorias desenvolvidas por Vygotsky, Piaget e Freinet.

Surgiram ainda, após a segunda Guerra Mundial, novos estudos que se preocupavam com o estado da infância e com a ideia da criança como portadora de direitos. Aparecem, também, teorias que demonstram a necessidade da estimulação do desenvolvimento da criança desde o nascimento (SILVEIRA, 2010).

“A expansão dos serviços de educação infantil na Europa e nos Estados Unidos foi sendo influenciada cada vez mais por teorias que apontavam o valor da estimulação precoce do desenvolvimento da criança já a partir do nascimento” (OLIVEIRA, 2002, p. 78), no entanto o que acarreteu maiores mudanças nas concepções sobre a criança e sua educação foi o desenvolvimento tecnológico, a busca da mulher pelo mercado de trabalho e a emergente necessidade de novas alternativas para cuidar das crianças, isto tudo fez com que a atenção voltada para as mesmas fossem reavaliadas (SILVEIRA, 2010).

No mesmo período a criança passa a ser considerada como sujeito social, além de ser reconhecida como um personagem participante na construção do saber, afirma Oliveira (2002). A partir desta visão, mudanças ímpares foram realizadas à prática pedagógica dos profissionais da Educação Infantil.

2.1 EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Como todo processo educativo, a Educação Infantil surge em meio à luta pela consolidação do respeito à vida e às diferenças, afirma Silva (2010). Com a modernidade, surgem novos conceitos de infância e inúmeros desafios para a educação da criança.

A Educação Infantil surge no Brasil, assim como em outros lugares do mundo, em conformidade com o cenário político e econômico (SILVEIRA 2010).

Silva (2010) narra que foi ainda no período do Império, que surgiram as primeiras instituições brasileiras de atendimento às crianças de 0 a 6 anos de idade. Tais instituições, como os orfanatos, os asilos para pobres e as Santas Casas de Misericórdia, tinham o intuito de amparar as crianças abandonadas nas ruas das cidades.

Até meados do século XIX praticamente não existia atendimento a crianças de 0 a 6 anos em instituições como creches e pré-escolas, uma vez que a estrutura familiar da época era nos moldes tradicionais: o pai de família trabalhava em busca do sustento, enquanto a mãe permanecia em casa para ministrar os cuidados aos filhos e os educar, não se via a necessidade de se constituir instâncias que tratassem do atendimento às crianças pequenas (SILVEIRA, 2010).

Ao final do século XIX iniciaram-se as discussões sobre as concepções de Educação Infantil elaboradas na Europa. A partir deste período foram criadas as primeiras instituições cujo atendimento era voltado para as crianças pobres. Posteriormente surgiram os primeiros jardins-de-infância públicos voltados para as crianças ricas (SILVEIRA, 2010).

Segundo Kuhlmann (2000) citado por Silva (2010, p. 28),

[...] o primeiro jardim de infância particular foi fundado em 1875 pelo médico Menezes Vieira, anexo ao seu colégio, tendo como referência a pedagogia do médico Friedrich Froebel da Alemanha. Em 1924, já eram 47 as instituições entre creches e jardins de infância pelo Brasil, principalmente nas capitais. Na metade do século XIX, aumenta o número de instituições educacionais para crianças pequenas, de 0 a 6 anos de idade, como parte do atendimento das necessidades da vida social emergente do processo de urbanização e industrialização.

Logo após a proclamação da república, foram realizados alguns investimentos na educação, porém, todos voltados para o chamado ensino primário. A necessidade de atendimento às crianças pequenas surgiu somente com o processo de urbanização e industrialização do país. Com a chegada das fábricas houve uma significativa mudança na estrutura da família tradicional brasileira, as mulheres começaram a sair de casa para trabalhar nas indústrias, o que conduziu a busca pelo atendimento às crianças. Primeiramente as crianças eram acolhidas, por caridade, pelas mulheres que não trabalhavam e se dispunham a cuidar das crianças de outras famílias ou na guarida de parentes. Posteriormente, a partir da organização de movimentos de sindicatos de operários foi reivindicado, inicialmente aos empresários e posteriormente ao governo, instituições como creches e pré-escolas que garantisse o atendimento às crianças dos cidadãos trabalhadores (SILVEIRA, 2010).

Ainda segundo a autora, mediante as exigências eminentes, instituições voltadas para o atendimento de crianças foram implantadas, contudo, o caráter era meramente assistencial, havia preocupação com a organização espacial e com a saúde da criança, porém não havia um trabalho de cunho pedagógico.

Silva (2010) afirma que com a regulamentação do trabalho da mulher, um novo investimento à institucionalização da educação da criança pequena ocorreu em 1932, onde as creches se tornam obrigatórias em estabelecimentos em que trabalhassem pelos menos 30 mulheres. No entanto, essa determinação legal não foi cumprida.

As nomenclaturas creche e jardim-de-infância demonstravam na época uma distinção sociocultural (escola maternal como se fossem aquelas dos pobres, em oposição ao jardim de infância), segundo Silva (2010), a terminologia aos poucos deixaria de considerar a escola maternal (atendimento as grandes massas), passando a defini-la como a instituição que atenderia à faixa etária dos 2 aos 4 anos, enquanto o jardim (atendimento a elite) atenderia de 5 a 6 anos. Mais tarde, essa especialização etária iria se incorporar aos nomes das turmas em instituições com crianças de 0 a 6 anos (berçário, maternal, pré-escola).

A formação da identidade das creches e das pré-escolas a partir do século XIX no Brasil está vinculada à história das políticas de atendimento a infância, que foi amplamente marcada por privilégios e desigualdades das classes sociais das crianças (BRASIL, 2010).

O primeiro programa brasileiro em massa de Educação Infantil surgiu em 1977, implantado pela Legião Brasileira de Assistência, cujo objetivo era proporcionar complemento alimentar, evitando os danos da desnutrição e oferecendo estímulos psicossociais fundamentais para o bom desenvolvimento da criança (SILVA, 2010).

No entanto, durante muito tempo as creches eram lugares usados apenas para cuidar de crianças pequenas cujas programações eram decididas conforme a rotina e conforto dos adultos, e as crianças não tinham direito de se expressar livremente e nem de usufruir de atividades lúdicas que pudessem proporcionar algum tipo de “desorganização” no ambiente educacional (BUJES; HOFFMANN, 1991 citado por HOFFMANN; SILVA, 2002). Todas as atividades eram voltadas para a assistência, a custódia e a higiene, tornando assim, essas práticas o centro do processo educativo (ABRAMOWICZ; WAJSKOP, 1999).

Muitas outras mudanças direcionadas à Educação Infantil, ocorreram em 1980. Foi nesse período que se iniciou a discussão sobre a possibilidade de inclusão das pré-escolas na Educação Básica, intenção concretizada na Constituição de 1988. Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ratifica essa decisão enfatizando que a Educação é um direito da criança e que deve ser, portanto, universal (SILVA, 2010).

O atendimento de crianças em creche e pré-escolas como um direito social se concretizou em 1988 através da Constituição Federal, onde a Educação Infantil foi reconhecida como dever do Estado. O processo de reconhecimento da Educação infantil foi marcado por movimentos comunitários, de mulheres, movimentos de redemocratização do país e da luta de profissionais da educação. Mediante a isso surgiu a necessidade de se criar ordenamentos legais para reger a educação de crianças pequenas. Então, creches e pré-escolas passam a construir novas identidades na busca de superação a posições adversas e fragmentadas, sejam elas assistencialistas ou pautadas em uma perspectiva preparatória às etapas posteriores de escolarização (BRASIL, 2010).

Em 1996 regulamentando esse ordenamento, aprovou-se a Lei 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A LDBEN introduziu uma série de inovações em relação à Educação Básica, uma delas foi a integração das creches no sistema de ensino compondo, junto com as pré-escolas, a primeira etapa da Educação Básica. Essa Lei, além de reafirmar os artigos da Constituição Federal

acerca do atendimento gratuito em creches e pré-escolas, corrobora a autonomia das unidades educacionais, a flexibilização de seus currículos e pluralidade de métodos pedagógicos, desde que a aprendizagem seja assegurada (BRASIL, 2010).

Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Básica (2010) outro regimento que se criou para que a Educação fosse assegurada em sua totalidade, foi o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece metas para que a educação se expandisse com eficácia.

Cada creche constrói e reconstrói suas ideologias de acordo com as alterações dos elementos que compõe o ambiente e tempo em que está inserida (ABRAMOWICZ; WAJSKOP, 1999). Desta forma, toda a história da educação se caracteriza por transformações relacionadas às mudanças da sociedade tais como econômicas, políticas, sociais e ideológicas (FONTANA; CRUZ, 1997).

Abramowicz e Wajskop (1999) afirmam que ser criança é poder viver como criança, fazer coisas de criança, é poder brincar e dar liberdade à imaginação sem se preocupar com as práxis que a sociedade impõe.

Porém a história nos ensina que não há ideal eterno “o que é eterno é a busca de perfeição, este anseio de validade universal alimentado por todos os filósofos de todas as épocas”, que se engajam arduamente em um labor a procura de um modelo que expressa à personalidade. Apesar dos fins da educação serem diversos em relação aos conteúdos, é imprescindível o reconhecimento de que as atividades pedagógicas são sempre formadoras e é por meio dessas práticas que se acredita que o homem pode ser modificado (NICOLAU, 2003, p. 16).

O autor ainda assegura que a educação compõe a vida do homem e da sociedade, desta forma, relaciona-se intimamente com as concepções culturais e sociais de cada momento histórico. A sociedade e cultura de cada época dão origem a ideais que a educação se compromete em realizá-los. Esses ideais transmitem as necessidades e as aspirações de cada época e de cada povo, ou seja, de acordo com as mudanças de ideias mudam-se também os ideais a serem defendidos, logo o ideal que defendemos hoje não é o mesmo de ontem e nem será o de amanhã.

A história afirma que em cada período a Educação defende um ideal, um “tipo de humano que o encarnou” que será desmentido pela época seguinte que o substituirá por outro, que a seu ver, mais importante, “mais válido e mais legítimo” (NICOLAU, 2003, p. 15).

3 CONCEPÇÕES EDUCATIVAS

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações (BRANDÃO, 2007, p. 7).

“Não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio” (FREIRE, 1967, p. 35). Dentro das condições história da sociedade sempre esteve presente “inadiável e indispensável uma ampla conscientização das massas brasileiras, através de uma educação que as colocasse numa postura de autorreflexão e de reflexão sobre o seu tempo e seu espaço” (FREIRE, 1967, p. 36).

Atualmente é evidente a preocupação com a qualidade da Educação infantil. Visa-se o desenvolvimento da criança sob todos os aspectos, quais sejam: físico, cognitivo, afetivo, preparatório para o ensino fundamental, etc. (SILVEIRA, 2010).

Quando se trata de educação infantil, torna-se parte da pauta a dicotomia educar e cuidar, ações presentes no processo da educação infantil (SILVEIRA, 2010).

Em busca do entendimento de como funciona a educação no país e qual seu percurso para que a mesma culmine na sanção de uma lei que torna obrigatória a entrada de crianças com 4 anos na escola, este capítulo busca trazer algumas concepções para melhor compreensão dos conceitos de educação e como a educação infantil se encaixa no sistema educativo nacional, além de promover um melhor entendimento de como surge essa modalidade de ensino tão importante na formação do indivíduo.

A etimologia da palavra educação, que foi dicionarizada em português no século XVII, vem do latim: *educatio* - sinônimo de ação de criar ou de nutrir, cultura, cultivo. Indica um ato ou um processo, um efeito. Educação, ao mesmo tempo, significa o ato ou processo de educar ou educar-se, o conhecimento e desenvolvimento resultantes desse ato ou processo. Alguém que educa e alguém que é educado estão unidos pela palavra educação, sendo que é possível a uma

pessoa educar a si mesma, ou seja, ser educador e educando de uma só vez [AMORIM, 201-].

A LDBEN, afirma o seguinte em seu art. 1º sobre a abrangência da educação:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

A educação, “inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana”, tem por finalidade o desenvolvimento pleno do estudante, o preparo do mesmo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

Atualmente o funcionamento e a estrutura da educação brasileira procedem da aprovação da Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que por sua vez está vinculada às diretrizes da Constituição Federal Brasileira de 1988 e suas Emendas Constitucionais (BRASIL, 2002).

Segundo o Ministério da Educação (BRASIL, 2014a) a educação básica é o caminho para garantir a todos os brasileiros a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes os meios para progredirem no trabalho e em estudos posteriores. Hoje, os principais documentos que norteiam a educação básica são: a Lei nº 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica; o Plano Nacional de Educação para os anos 2011-2020; Constituição da República Federativa do Brasil; e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

De acordo com o art. 21 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96), a educação escolar compõe-se de: “I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II - educação superior”.

O Diagrama (FIG. 01) a seguir mostra “Organização e Estrutura da Educação Brasileira” na atualidade:

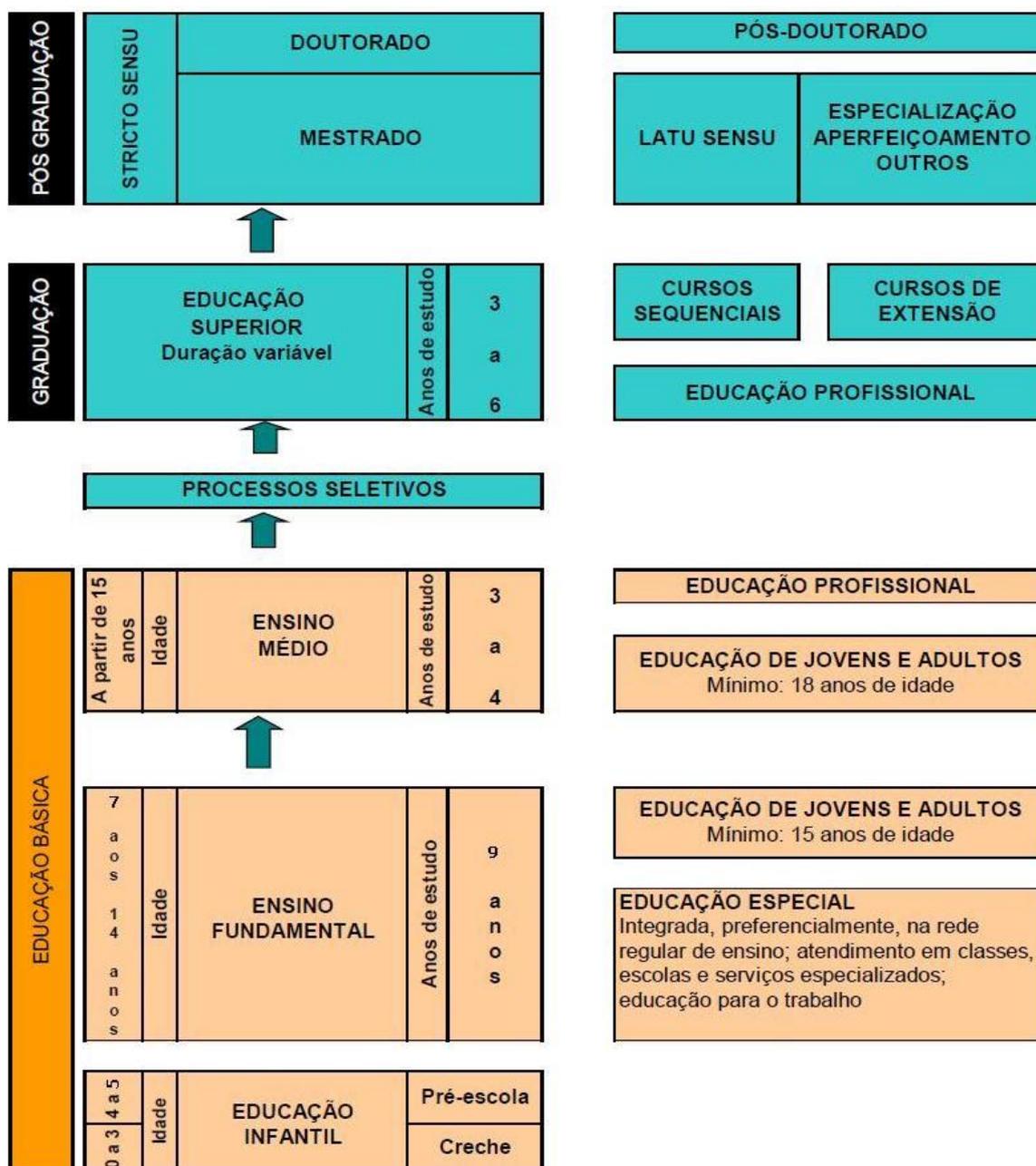


FIGURA 1 - Organização e Estrutura da Educação Brasileira.
Fonte: BRASIL (2002), adaptado.

A Educação Básica é o primeiro nível do ensino escolar no Brasil, compreendendo três etapas, quais sejam: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Todo esse percurso deve servir para a formação comum indispensável do aluno para o exercício da cidadania (BRASIL, 2014).

Cada uma das etapas da educação básica é detentora de objetivos próprios e diversas formas de organização. Para a apresentação da organização da educação básica, se iniciará pelo ensino médio, etapa onde são aprofundados os

conhecimentos adquiridos no ensino fundamental. A LDB aborda o ensino médio como:

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades: I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996).

Para o Ensino Fundamental ressalta os seguintes textos da LDB:

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (BRASIL, 1996).

A alteração do tempo de duração do ensino fundamental (de 8 para 9 anos) busca aumentar o tempo de permanência das crianças na escola e, principalmente, a melhoria da qualidade da formação inicial principalmente no que se refere a alfabetização (BRASIL, 2014).

Segundo o Portal Brasil (2014) e Brasil (1996) os municípios e os estados devem trabalhar de forma articulada objetivando oferecer o ensino fundamental. Quanto ao ensino médio, é total responsabilidade dos estados.

Já a educação infantil, “primeira etapa da educação básica” (art. 29), apresenta como foco o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social da criança. As atividades compreendidas nesta etapa são de cunho complementar as ações da família e das comunidades. (BRASIL, 2014; BRASIL, 1996).

Segundo a LDBEN a educação infantil será oferecida em “creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade” (art. 30 I) e “pré-

escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade” (art. 30 II – redação dada pela lei 12.796/2013) (BRASIL, 1996).

Ao fim de todo esse processo denominado educação básica, o estudante deve apresentar domínio de conhecimentos e habilidades que possibilitem escolher rumos na vida adulta; o estudante deve estar preparado para a inserção no mercado de trabalho e ao ingresso no ensino superior (BRASIL, 2014).

É importante ressaltar que a Educação Infantil é a etapa base para as demais etapas da Educação Básica. É na educação infantil que a criança estabelece os primeiros contatos com o universo educacional.

3.1 EDUCAÇÃO INFANTIL: CRECHE OU PRÉ-ESCOLA?

Definida nos dicionários como o período de crescimento que se estende do nascimento à puberdade (FERREIRA, 2001), a etimologia da palavra infância deriva de “*infante*”, do latim “*infans*”, que significa incapaz de falar (SILVA, 2010); já o significado de criança é descrito no dicionário como: “um ser humano com pouca idade, menino ou menina; pessoa ingênua, infantil” (FERREIRA, 1988, p. 187). Contemporaneamente a infância desperta questões e preocupações em espaços diversos, tais como família, escola, igreja, esferas públicas (que debatem e definem as legislações norteadoras da educação infantil), meios acadêmicos, entre outros (LOPES, 2007).

Tais são as indagações e preocupações com o desenvolvimento da criança, que foram instituídos ambientes especializados que se caracterizam pelos cuidados e educação somente de crianças pequenas (BRASIL, 2010; SILVEIRA, 2010).

As modalidades educativas vivenciadas por uma criança pequena no ambiente familiar e na comunidade, antes que alcance idade obrigatória para a escolaridade, também são entendidas como Educação Infantil, pois possui amplo sentido e diz respeito tanto à educação familiar e a convivência comunitária, como a educação recebida em instituições específicas (LOPES Org. *et al.*, 2005).

A LDBEN no *caput* do art. 29 com redação dada pela Lei 12.796/2013 define educação infantil com as seguintes palavras:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, **complementando a ação da família e da comunidade** (BRASIL, 1996). (Grifo nosso).

Observe o que diz as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil ao definir Educação Infantil:

Primeira etapa da educação básica, **oferecida em creches e pré-escolas**, às quais se caracterizam como **espaços institucionais não domésticos** que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados **que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade** no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (BRASIL, 2010, p.12). (Grifo nosso).

Ao definir a ação da Educação Infantil tanto a legislação quanto os documentos que regem a mesma, afirmam que a Educação Infantil é uma ação complementar à da família e da comunidade, permitindo inferir, entre outras coisas, que, “para se efetivar como um nível de ensino, a Educação Infantil pressupõe uma organização adequada, necessitando estar bem estruturada no âmbito dos sistemas de ensino” (LOPES org. *et al.*, 2005, p. 30).

Então, é necessário que se tenha uma estrutura sólida e organizada, totalmente estrutura e planejada para o atendimento das crianças pequenas, atualmente definidas como creches e/ou pré-escolas.

Para tanto, crianças de zero a três anos podem frequentar as creches ou instituições equivalentes. No caso de crianças entre quatro e cinco anos, o ensino é realizado nas pré-escolas (BRASIL, 2014).

Ao longo da história houve diversas modificações nos nomes das instituições de educação de crianças pequenas, o nome e a concepção norteadora dessas instituições mantêm relação direta com a concepção de infância vigente de cada época (ABRAMOWICZ; WAJSKOP, 1999).

Segundo Abramowicz e Wajskop (1999, p. 10),

[...] creche – palavra de origem francesa que significa manjedoura – foi criada para educar, guardar e abrigar crianças pequenas cujas mães necessitavam trabalhar ou crianças que necessitavam de assistência.

Segundo Kramer (1985, p. 49) citado por Ávila e Xavier (Coord.) (1997), creche e pré-escola são, em geral, distinguidas ora pela idade das crianças incluídas

nos programas – a creche se definiria por incluir crianças de 0 a 3 anos e a pré-escola de 4 a 6 anos – ora pelo seu tipo de funcionamento e pela sua extensão em termos sociais – a creche se caracteriza por uma atuação diária em horário integral, e a pré-escola por um funcionamento semelhante ao da escola, em meio período.

Atualmente após a mudança da idade máxima de atendimento na educação infantil de 6 para 5 anos, pela Lei 12.796/2013, as creches passam a ser compreendida como instituições que atendem as crianças de 0 a 3 anos de idade e as pré-escolas que prestaram atendimento às crianças de 4 a 5 anos de idade (BRASIL, 2013).

4 LEGISLAÇÃO E EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE MUDOU?

Durante toda a história da educação infantil brasileira, é possível notar que a legislação que rege esse seguimento tem passado por diversas alterações. Uma das mais importantes alterações é o seu reconhecimento como parte fundamental do processo educativo em diversas leis nacionais.

Um dos maiores avanços está no reconhecimento da educação infantil pela Carta Magna Brasileira em seu artigo 208, quando trata que:

“O dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
I – educação básica e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade [...]; IV – educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade (BRASIL, 1988).

Como mencionado acima a Educação Infantil, de acordo com a Constituição Federal é dever do Estado, e deverá ser ofertada em instituições próprias, creches (de zero a três anos) e pré-escolas (de quatro e cinco anos), em jornada integral ou parcial. Sucedem em espaços institucionais coletivos, não domésticos, públicos ou privados, caracterizados como estabelecimentos educacionais e submetidos a diversos mecanismos de acompanhamento e controle (BRASILIA, 2014).

A LDBEN, por sua vez, regulamentou a Educação Infantil como sendo primeira fase da educação básica e garantida a todas as crianças de 0 a 5 anos de idade, e será oferecida em creches e pré-escolas (art. 29 e art. 30) (BRASIL, 1996).

O estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) assegura o direito de toda a criança, desde o nascimento, estar na escola:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; [...] V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: [...] IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade (BRASIL, 1990)

É importante que as leis sofram revisões para que as necessidades de cada época sejam alcançadas. Para isso a lei 12.796/2013, vem trazer algumas alterações que garantem a melhoria do ensino infantil no país.

Segundo o Portal Brasil (BRASIL, 2014), no mês de abril de 2013 uma nova legislação (Lei 12.796/2013) aprovada pelo Congresso Nacional alterou a LDBEN determinando que os pais matriculem os filhos na escola quando completarem 4 anos de idade e não mais a partir dos 6 anos de idade. Em cumprimento à emenda foi determinado que estados e municípios oferecessem vagas na rede pública de ensino para as crianças desta faixa etária até o ano de 2016.

Junto com a obrigatoriedade da matrícula das crianças a partir dos 4 anos nas escolas, a Lei 12.796/2013 também difundiu uma carga horária mínima de 800 horas anual na educação infantil e instituiu também o controle de frequência dos alunos de pré-escola o mínimo 60% de assiduidade (BRASIL, 2014).

A nova redação dada a LDBEN determina assim:

II – pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.
Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: I – avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; II – carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional; III – atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral; IV – controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; V – expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança (BRASIL, 2013).

É importante ressaltar que a Lei 12.796/2013 altera na LDBEN aquilo que a Emenda Constitucional 59/2009 já havia feito no art. 208 da Constituição Federal Brasileira.

Segundo o Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil (RCNEI) (BRASIL, 1998) a instituição que oferecer educação infantil deverá tornar acessível a todas as crianças que a frequentam, informações culturais que produzam crescimento, desenvolvimento e inserção social. Tais instituições ainda deverão cumprir um papel socializador que favoreça o desenvolvimento da identidade das crianças através de aprendizagens diversificadas desenvolvidas em situações de interação.

Ainda segundo o RCNEI as instituições devem apresentar às crianças, meios para que o aprendizado ocorra de forma divertida, como em brincadeiras ocorridas de situações pedagógicas ocasionais ou orientadas por adultos, mas sempre integradas no processo de desenvolvimento infantil.

Uma vez que a educação das crianças, obrigatoriamente, deverá ser iniciada aos 4 anos de idade, é importante que as instituições sejam preparadas para receber esta nova demanda. Segundo Didonet (2014, p. 7), “o recurso à obrigatoriedade significa que a pré-escola tem uma aprendizagem a produzir, essencial para assegurar igualdade de condições de desenvolvimento para todas as crianças”.

Observa-se, após as delineações supra realizadas, que as principais mudanças, provocadas pela Lei 12.796/2013 à LDBEN, estão presentes mais radicalmente, para o art. 4^a da lei 9.394/96, onde a faixa etária das crianças que deverão ser matriculadas na Educação Básica (pré-escola), é alterada para 4 anos de idade; inclui-se o controle de presença; e a carga horária, que antes não era obrigatória, agora é exigida, igualando-se às outras etapas: Ensino Fundamental e Ensino Médio.

5 DESENVOLVIMENTO INFANTIL E AMBIENTE ESCOLAR

Ao contrário, as cem existem

A criança é feita de cem.
 A criança tem cem mãos, cem pensamentos
 cem modos de pensar, de jogar e de falar.
 Cem sempre
 Cem modos de escutar, de maravilhar e de amar.
 Cem alegrias para cantar e compreender.
 Cem mundos para descobrir
 Cem mundos para inventar
 Cem mundos para sonhar.
 A criança tem cem linguagens (e depois cem cem cem)
 Mas roubaram-lhe noventa e nove.
 A escola e a cultura lhe separam a cabeça do corpo.
 Dizem-lhe: de pensar sem as mãos
 de fazer sem a cabeça de escutar e não falar
 de compreender sem alegrias [...].
 Dizem-lhe: de descobrir um mundo que já existe
 e de cem roubaram-lhe noventa e nove.
 Dizem-lhe: que o jogo e o trabalho
 a realidade e a fantasia
 a ciência e a imaginação o céu e a terra
 a razão e o sonho
 são coisas que não estão juntas.
 Dizem-lhe enfim: que as cem não existem.
 A criança diz:
 ao contrário as cem existem

(MALAGUCCI,1995)

De uma natureza singular que as tornam seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio, as crianças, por meio das interações com o mundo ao seu redor estabelecido desde seu nascimento, revelam seus esforços para compreender o mundo em que vivem, as relações contraditórias que presenciam e, através de brincadeiras, as crianças apontam seus desejos e anseios (BRASIL, 1998).

No processo de construção do conhecimento, as crianças se utilizam das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar. Nessa perspectiva as crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem. O conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim, fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação (BRASIL, 1998, p. 21).

É notório que o desenvolvimento humano é um fenômeno que o homem tem se empenhando em tentar descrever/interpretar para poder melhor entender o seu próprio comportamento. Bassedas *et al.* (1999) descrevem três etapas pelas quais todo ser humano passa: Maturação – mudanças que ocorrem ao longo da evolução dos indivíduos, as quais se fundamentam na variação da estrutura e da função das células, está estritamente ligada ao crescimento; Desenvolvimento – formação progressiva das funções propriamente humanas, ou seja, linguagem, memória, atenção, estima, entre outros; e Aprendizagem – é o processo pelo qual o ser humano incorpora novos conhecimentos.

Bock *et al.* (2002, p. 98) afirma que “a criança não é um adulto em miniatura”, mas um ser que apresenta características próprias da sua idade. A autora afirma que segundo Piaget, para cada faixa etária há uma forma de perceber, compreender e de se comportar diante do mundo.

É fundamental conhecer o processo de adaptação da criança ao meio ambiente. Bee (2003) descreve, segundo as teorias de Piaget, o processo de adaptação, que segundo a opinião do teórico, é composto por vários sub processos importantes – assimilação, acomodação e equilíbrio. É percebido que esses três sub processos acompanham o homem por toda a sua jornada.

Especificamente é preciso conhecer também as fases pelas quais as crianças passam no período de maturação. Bock (2002, p. 101) descreve as fases de desenvolvimento humano segundo a teoria de Jean Piaget: 1º período: Sensório-motor (0 a 2 anos); 2º período: Pré-operatório (2 a 7 anos); 3º período: Operações concretas (7 a 11 ou 12 anos); 4º período: Operações formais (11 ou 12 anos em diante).

Como essa pesquisa se caracteriza por estudar as alterações da lei que rege a educação nacional (LDBEN), e que tais alterações estão intimamente ligadas à idade de início das atividades escolares das crianças (aos 4 anos de idade), se torna necessário descrever a fase pré-operatória para que se identifique melhor o desenvolvimento desses alunos no ambiente escolar.

A fase pré-operatória se caracteriza pelo aparecimento da linguagem. Com as palavras a criança é capaz de “exteriorizar a vida interior”, e é também característica desta fase a aceleração do desenvolvimento do pensamento (GESELL, 2003).

Aos 4 anos de idade a criança é um ser altamente social, nesta idade a criança passa a maior parte do tempo conversando com seus amigos e mesmo quando não está na presença desses coleguinhas, conversa com seu amigo imaginário, e mesmo quando manuseia seus brinquedos ou qualquer outro objeto que possa estar usando, a criança está totalmente consciente das pessoas que estão a sua volta (GESELL, 2003).

Nesta idade a atenção da criança para a educadora é bem maior do que nas fases anteriores e pode, ainda, fornecer informações sobre sua vida pessoal ou outros assuntos ou pessoas que a rodeia (GESELL, 2003).

Gesell (2003, p. 361 e 362) afirma ainda que a grande maioria das crianças com idade entre 3 e 4 anos apresentam facilidade em aceitar a frequência regular em escolas-creches, no entanto é necessário que sejam estipuladas programas de três a quatro manhãs por semanas para essas crianças. O autor ainda ressalta que algumas crianças ainda são “incapazes de separar-se das mães”.

Arnold Gesell (2003, p. 363) acredita que a creche quando surge cedo demais pode trazer consequências à socialização da criança. Quando ao contrário pode oferecer excelente oportunidade de “fruir uma experiência de socialização fora do lar”, oportunizando aos observadores observar a ágil mudança decorrente do amadurecimento humano.

Porém, Nicolau (2003) afirma o contrário, dizendo que quanto mais cedo a criança for posta em contato com situações diversas, tanto em um meio educacional, quanto em um meio social, no entanto em um meio que lhe proporcione o aprendizado, mais aberta esta se mostrará diante dos processos de comunicação social. Neste sentido a pré-escola será um recurso precioso completando a ação desenvolvida pela família ou instituições que se encarreguem de prestar serviços educacionais à criança.

Independentemente da idade em que a criança se insere na Educação infantil o ambiente físico pode interferir grandemente na forma como a criança percebe o ambiente escolar. Nesta idade as barreiras físicas não detêm com facilidade as crianças, estas reagem melhor às limitações ou ordens verbais. Nesta fase é aconselhável que a criança não permaneça apenas em ambientes fechados, mas que sejam proporcionadas experiências de contato com a natureza tais como o plantio de árvores, flores e outras. Ainda quanto ao ambiente físico é possível dividir com eficácia uma sala de grande porte com tapetes ou outros dispositivos que

possam indicar delimitações sem criar propriamente barreiras, desta forma a criança permanecerá naturalmente dentro das suas “esferas de interesse” (GESELL, 2003, p. 438).

5.1 CRIANÇA, FAMÍLIA E ESCOLA

A Escola exerce uma importantíssima função na vida social de uma criança. Não seria ousadia alguma dizer que a escola é o segundo lugar de segurança para a criança, já que o primeiro é a família. Há quem afirme que a escola é o segundo lar (PAIVA, 2011).

Atualmente, com o pai (antigo provedor das necessidades financeiras) e a mãe (antiga provedora das necessidades do lar) assumindo um papel profissional e social, atuantes fora do lar, as crianças iniciam sua jornada escolar bem pequenas algumas ainda bebês, e acabam passando mais tempo nessas instituições do que na própria casa. Contemporaneamente é comum que as escolas ofereçam, além do estudo regular, atividades extracurriculares, sejam em períodos integrais ou intermediários, tais como: esportes, línguas estrangeiras, informática, balé, teatro, música, artes, reforço escolar, entre outras (PAIVA, 2011).

A autora afirma ainda que a criança vive na família e na escola, em meio a descobertas e aprendizados. A LDBEN (1996) diz que é a educação infantil a primeira fase da vida acadêmica, e esta tende ao pleno desenvolvimento da criança.

Paiva (2011, p. 35) afirma que “na educação infantil os professores geralmente são mulheres, chamadas de “Tia” — uma maneira afetiva que aproxima a professora da criança. É uma figura de segurança e afeto”. Radino (2000) afirma ainda que na educação infantil, o professor representa uma figura essencial no processo de desenvolvimento da criança, posicionando-se como modelo de identificação, dando prosseguimento à relação estabelecida com seus pais.

Através da aprendizagem, da leitura e da escrita vivenciadas na escola, a criança aprende a decodificar suas percepções do mundo. Logo, a escola desempenha o papel educacional de informação e formação do indivíduo para enfrentar o mundo (PAIVA, 2011).

Desde a primeira fase da educação fundamental, a educação infantil, o potencial da criança, em conformidade com os limites de cada um, é explorado por meio de atividades que convergem num processo de construção do saber. Através da interpretação do mundo é que a criança começa a compreender e a fazer a leitura do mesmo, disse Paulo Freire (1997); para isso, é fundamental que a criança tenha a seu alcance elementos que a leve ao aprendizado, a socialização e a formação, além de propiciar-lhe autonomia para enfrentar o mundo nas mais diversas situações de conflitos (PAIVA, 2011).

Às vezes, segundo Paiva (2011), as crianças passam muito mais tempo com seus professores do que com seus pais. Desta feita, esse profissional exerce a função de educador da criança, não somente para ensiná-la, mas também para formá-la, assumindo, assim, o modelo de pessoa, de indivíduo para a criança. Tomada consciência de tamanha influência na vida das crianças, o professor deve desempenhar a função de atender as necessidades da criança em sua formação enquanto indivíduo, e deve estar sempre atendo as necessidades cognitivas e intelectuais de seus alunos, bem como suas necessidades pessoais, emocionais e psíquicas.

Assim, segundo Paiva (2011, p. 36), a escola pode ser vista como “um centro de informação e formação do indivíduo no processo de transformação da sociedade, de valores e de cidadania”. A escola é, ainda, “um agente transformador que permite atitudes reflexivas e críticas sobre a realidade e a humanidade”.

Pavoni (1989 citado por Paiva 2011), afirma que educar é formar e informar. Isso significa que é necessário habilitar as crianças para viverem felizes e capazes de enfrentarem todos os conflitos de maneira a não se desestruturarem. Isso sugere que a educação necessitará acolher a criança nos seus atributos atuais e ao mesmo tempo oferecendo-lhe conteúdos do mundo social que lhe sejam oportunos e adequados. Para tal é necessário conhecê-la (a criança) bem.

Coelho (2000 citado por Paiva 2011) afirma que a escola é um espaço privilegiado, nele deverão ser ofertadas as bases para a formação do indivíduo. Deve ser um espaço que promova em total equilíbrio a liberdade absoluta (sem ser anarquista) e um espaço orientador (sem ser dogmático), porém de forma a permitir que o ser em formação alcance o seu autoconhecimento e apresente acesso ao mundo da cultura, que individualiza a sociedade à qual pertence.

Por causa da grande importância que a escola exerce na formação do indivíduo, é indispensável que seus profissionais estejam aptos para trabalhar com as necessidades que surjam ao longo do processo do desenvolvimento infantil, no entanto, essa afirmação não descarta a responsabilidade da família na formação da criança. Família e escolas devem caminhar juntas em prol do amadurecimento, tanto cognitivo quanto físico, da criança (PAIVA, 2011).

Rubem Alves (1984) faz uma reflexão distinguindo o professor do educador. Ele afirma que:

Professor é profissão, não é algo que se define por dentro, por amor. Educador, ao contrário, não é profissão; é vocação. E toda vocação nasce de um grande amor, de uma esperança (p. 12). [...] os educadores são como as velhas árvores. Possuem uma face, um nome, uma “estória” a ser contada. Habitam um mundo em que o que vale é a relação que os liga aos alunos, sendo que cada aluno é uma “entidade” *sui generis*, portador de um nome, também de uma “estória”, sofrendo tristezas e alimentando esperanças. E a educação é algo para acontecer neste espaço invisível e denso, que se estabelece a dois. Espaço artesanal (p.13).

A escola é um espaço de formação de cidadãos conscientes, críticos e preparados para a vida (PAIVA, 2011).

Atualmente se averigua a existência de diversas alterações na formação do ambiente familiar, porque as mães, que anteriormente se dedicavam mais ao lar e aos filhos, estão atuantes no mercado de trabalho, delegando a difícil tarefa de educar quase que totalmente à escola. Logo, surge uma necessidade cada vez maior de se expandir a comunicação entre a escola e a família, com a finalidade de partilhar dificuldades e conflitos, para que se possa dar um amparo às crianças em seus enigmas pessoais (PAIVA, 2011).

Segundo a autora as fronteiras entre a escola e a família, que antes eram separadas, hoje se confundem. A realidade conferiu uma união mais do que necessária entre pais e professores. Educar as novas gerações é função conjunta da família e da escola. Para que isso possa de fato acontecer, é necessário que os professores sejam devidamente preparados. E isso implica conscientizar-se e lidar com suas incertezas pessoais e prováveis medos, para que possam explicar com seus alunos os assuntos avaliados complexos e acolhendo as precisões desses alunos.

Rousseau (1973 citado por Paiva, 2007) afirma que sem a imposição institucional, a ação formativa, iniciada pelos pais, estende-se a toda a comunidade

na medida em que a dinâmica da vida social produz no educador a simplicidade, o respeito, o amor e a arte da convivência.

É importante compreender que a família e a escola estão intrinsecamente ligadas, pois uma complementa o trabalho da outra e ambas devem agir com o mesmo propósito: o desenvolvimento integral da criança.

6 METODOLOGIA

Neste capítulo serão expostos os métodos adotados pelas pesquisadoras para o desenvolvimento do estudo que visou levantar a opinião da comunidade escolar do CEMEI Manoelina Evaristo da Silva Mataveli sobre as alterações trazidas pela Lei 12.796/2013.

Mediante os questionamentos da comunidade escolar do CEMEI Manoelina Evaristo da Silva Mataveli, presenciados na realização do Estágio Curricular Supervisionado – Educação Infantil, sobre a Lei 12.796/2013, que altera diversos artigos da Lei 9.394/1996, que torna obrigatório o ingresso das crianças de 04 anos de idade na pré-escola, as alunas se interessaram pela temática.

Destarte, havendo congruência entre as acadêmicas quanto ao interesse na área de pesquisa, escolheu-se uma das creches do município de Ibitirama como campo para a realização da presente pesquisa, compreendendo, porém, que abordar o tema da educação infantil na atualidade transcende à mera descrição de uma instituição, devendo oportunizar um espaço de manifestação singular e ao mesmo tempo multifacetária dos seres humanos ali instituídos.

A pesquisa está fundamentada na legislação pertinente à educação infantil, e nos estudos realizados por vários autores que estudam o desenvolvimento humano e a educação.

Para a apresentação dos métodos adotados na realização desta pesquisa, este capítulo será dividido de forma a elucidar esses procedimentos.

6.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

As pesquisadoras escolheram o CEMEI Manoelina Evaristo da Silva Mataveli, situado no Distrito de Santa Marta no Município de Ibitirama – Espírito Santo, por se tratar de uma região que não tem escolas, além do CEMEI, que oferecem pré-escola, e por ser o local onde se ouviu os primeiros questionamentos sobre a temática abordada.

Esta instituição tem como público alvo crianças de 0 a 6 anos e atende em turnos integral e parcial e, é assim estruturada: Berçário, para criança de 0 a 2 anos de idade; Maternal I, para crianças de 2 a 3 anos de idade; Maternal II, para crianças de 3 a 4 anos de idade; 1º Período, para crianças de 4 a 5 anos de idade; e 2º Período, para crianças de 5 e 6 anos de idade.

A seleção dos participantes foi feita de forma a abarcar o maior número de pessoas envolvidas com a instituição em tela, para se chegar ao resultado, foram entrevistados professores, pais e/ou responsáveis dos alunos (envolvendo homens e mulheres) e funcionários da instituição, todas diretamente ligadas ao CEMEI.

Para a coleta dos dados foram utilizadas as técnicas de interrogação: o questionário, a entrevista e o formulário. Por questionário, segundo Gil (2002), entende-se como um “conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisador”. Segundo o autor entrevista pode ser percebida como o procedimento que envolve “duas pessoas numa situação “face a face” e em que uma delas formula questões e a outra responde”. Quanto ao formulário, este pode ser definido como a “técnica de coleta de dados em que o pesquisador formula questões previamente elaboradas e anota as resposta” (GIL, 2002, p. 114 e 115).

6.2 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa apresenta características por ser um estudo cujos procedimentos classificam como bibliográfica, de levantamento e documental, elaborada a partir de materiais já publicados, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e materiais disponibilizados na Internet e de documentos fornecidos pela instituição estudada. E quanto aos objetivos, caracteriza-se como descritiva, uma vez que a pesquisa descreve um fenômeno/grupo de uma determinada região (GIL, 2008).

Segundo Gil (2008, p. 42) uma pesquisa de cunho descritivo tem por objetivo essencial descrever as características de uma determinada população ou fenômeno. Uma das características mais expressiva deste tipo de pesquisa está na “utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados, tais como o questionário e a observação sistemática”.

O autor também afirma que este tipo de pesquisa tem por objetivo fazer o levantamento de opiniões, atitudes e crenças de uma população.

Oliveira (2004, p. 114) apresenta a pesquisa descritiva como o trabalho que “procura abranger aspectos gerais e amplos de um contexto social”. Esse tipo de estudo possibilita o desenvolvimento de um nível de análise em que se permite identificar as diferentes formas dos fenômenos, sua ordenação e classificação, sendo, certamente, o tipo de estudo mais adequado quando o pesquisador necessita obter melhor entendimento a respeito do comportamento de vários fatores e elementos que influem sobre determinados fenômenos.

Quanto ao delineamento da pesquisa a mesma se classifica como bibliográfica, pois utiliza teorias expressas em livros e artigos para a construção do referencial teórico. Segundo Oliveira (2004) a pesquisa bibliográfica pode ser realizada simultaneamente com a pesquisa de campo e utiliza como fonte de pesquisa livros e artigos frequentemente encontrados em bibliotecas e bibliotecas virtuais.

A pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias é realizada com levantamento de bibliografia já publicada seja em forma de livros, revistas, publicações avulsas ou imprensa escrita. A pesquisa bibliográfica é considerada o primeiro passo de toda pesquisa científica (MARCONI; LAKATOS, 2006).

Segundo Marconi e Lakatos (2002) a pesquisa documental tem como fonte de coleta de dados restrita a documentos escritos ou não, assim como documentos de arquivos públicos, publicações parlamentares ou administrativas, estatísticas, documentos de arquivos privados, cartas e contratos.

Para Gil (2008, p. 46) a pesquisa documental apresenta “fontes muito mais diversificadas e dispersas” e,

[...] uma série de vantagens. Primeiramente, a de se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica.

Segundo a concepção de Gil (2002) a pesquisa de levantamento se caracteriza pela interrogação direta das pessoas para se obter conhecimento a respeito de um fenômeno pré-estabelecido.

Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas a cerca do problema estudado para, em seguida, mediante a análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados (GIL, 2008, p. 50).

6.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para esta pesquisa foi utilizada à entrevista totalmente estruturada, pois, segundo Gil (2002) a entrevista abrange um público maior, uma vez que engloba até as pessoas que não sabem ler ou escrever, além de fornecer auxílio ao entrevistado que apresente dificuldades de responder e permite a análise do comportamento do mesmo ao responder. Esse tipo de pesquisa se caracteriza também por poder usar um formulário, onde as pesquisadoras colhem as informações/respostas dos pesquisados. E foi utilizado um formulário composto por uma sequência fixa de perguntas, elaboradas de acordo com os objetivos específicos desta pesquisa, com o intuito de padronizar a coleta dos dados.

Uma vez que a pesquisa é delineada, também, como de levantamento, a técnica utilizada para a coleta de dados foi selecionada cuidadosamente, sempre visando o máximo de segurança, abrangência e brevidade das informações, para isso, as pesquisadoras perceberam que a entrevista totalmente estruturada seria a mais eficaz no desenvolvimento do trabalho, e esta foi elaborada e aplicada pelas próprias pesquisadoras, desta forma, a coleta dos dados da pesquisa foi instantâneo não havendo necessidade de retorno ao local escolhido para recolher os formulários.

Segundo Gil (2008) a entrevista totalmente estruturada é quando há uma relação fixa de perguntas para a coleta dos dados, ou seja, uma sequência de perguntas pré-elaboradas que serão feitas “face a face” em que uma das partes elabora e a outra responde, neste caso, este tipo de entrevista confunde-se com o formulário.

Antes que a pesquisa fosse efetivamente aplicada, realizou-se o pré-teste, com o intuito de averiguar a compreensão das questões, para isto, foram aplicado, 10 (dez) questionários à comunidade escolar do CEMEI Maria Lemos Faleiro, situado no município de Ibitirama, por se tratar de um público semelhante ao do CEMEI Manoelina Evaristo da Silva Mataveli.

Aplicado o pré-teste, e feita às alterações necessárias, a entrevista totalmente estruturada foi aplicada por meio de um formulário constituído por 23 (vinte e três) questões diretas, que foram elaboradas previamente de forma concisa, coerente e de maneira que proporcionassem fácil entendimento por parte dos entrevistados. A entrevista foi realizada de forma padronizada e sem expressão de opiniões das pesquisadoras. Vale ressaltar que o diálogo existente, entre entrevistado e entrevistando, foi apenas de com o intuito de orientar e responder os questionamentos levantados pelos respondentes sobre o tema abordado no momento da entrevista.

Após a entrevista e registro das respostas, os dados foram tabulados e ao final de cada categoria, foram analisados à luz dos fundamentos legais, teórico-metodológicos que dão sustentação a esta pesquisa.

Concluída a pesquisa pretende-se enviar o resultado da pesquisa à Secretaria Municipal de Educação e Desporto do Município de Ibitirama, para que por meio de tal, tome conhecimento e avaliem as medidas cabíveis para melhor desempenho da educação infantil do município de Ibitirama.

7 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Este capítulo destina-se a apresentação dos resultados obtidos por meio da coleta de dados, realizada com o intuito de coletar a opinião da Comunidade Escolar do CEMEI Manoelina Evaristo da Silva Mataveli, localizada no distrito de Santa Marta no Município de Ibitirama-ES, quanto a obrigatoriedade do ingresso escolar da criança à partir dos 4 anos de idade. Para tanto, foi utilizado um formulário contendo 23 (vinte e três) questões elaboradas em conformidade com os objetivos específicos, e aplicadas pelas próprias pesquisadoras.

Os dados foram obtidos através da aplicação de um formulário por meio de entrevista totalmente estruturada aos professores, pais/mãe/responsáveis de alunos e funcionários do CEMEI, cujos objetivos se pautam em analisar a adaptação da criança ao ambiente escolar aos 4 anos de idade; pontuar os possíveis resultados inerentes ao ingresso escolar aos 4 anos de idade; identificar se a instituição está preparada para receber esta clientela; e investigar a reação dos pais mediante a nova proposta de inserção escolar regulamentada pela Lei 12.796 de 04 de abril de 2013.

Vale destacar que o objetivo primeiro seria de entrevistar 100% da comunidade escolar do CEMEI, no entanto apenas 58,33% do público almejado foram alcançados. O objetivo não foi atingido porque não foi possível localizar todos os envolvidos com o CEMEI, uma vez que a maioria dos pais e/ou responsáveis dos alunos trabalha na zona rural ou em outra localidade que não seja o distrito de Santa Marta. Outro motivo que impediu que o objetivo dos 100% fosse alcançado foi a indisponibilidade de prazo, das pesquisadoras, para a entrega dos resultados.

A partir dos dados coletados na entrevista totalmente estruturada, os resultados serão apresentados em forma de gráficos e quadros, para melhor visualização do leitor.

7.1 – RESULTADOS ENCONTRADOS NA PESQUISA

As primeiras perguntas são para identificação dos respondentes, e seu vínculo com o CEMEI Manoelina Evaristo da Silva Mataveli.

Com relação à primeira questão apresentada no formulário, indagou-se a região de domicílio dos respondentes, uma vez que o objeto do estudo está implantado no distrito de Santa Marta, município de Ibitirama. Como já esperado, a maioria dos respondentes residem nas dependências deste distrito (91,49%), e apenas 8,81% dos entrevistados moram em Ibitirama ou em outro município, dentre estes estão os professores e trabalhadores que apresentam vínculo com o CEMEI e reside em outro município.

Quando se indagou o número de filhos que os respondentes possuíam, identificou-se que, 42,55% dos entrevistados possuem apenas um filho; 34,04% têm dois filhos; 14,89% três filhos; 2,13% quatro filhos, e apenas 6,38% não possuem filhos, os últimos são os professores e funcionários que estão envolvidos diretamente com o CEMEI, e que também integram a comunidade escolar da instituição em tela.

Quanto à vinculação que cada respondente possui com o CEMEI, observa-se assim: 74,47% são pai/mãe/responsável de alunos matriculados; 14,89% são professores e 10,64% são funcionários, todos estão diretamente ligados ao bom andamento da instituição e atendimento das necessidades dos alunos matriculados.

Ainda foi indagado sobre o horário de funcionamento dos CEMEI e 95,74% dos entrevistados responderam que esta instituição funciona em período integral, e 4,26% não souberam responder. Estes dados permitem observar que existem pais e responsáveis que não estão ou não fazem questão de estar, inteirados com as atividades da instituição em que seus filhos estão matriculados.

Indagou-se ainda aos respondentes qual ou quais as principais causas que levam os pais de crianças pequenas a matricularem seus filhos em uma instituição de Educação Infantil. As respostas foram apresentadas no GRÁF. 01:

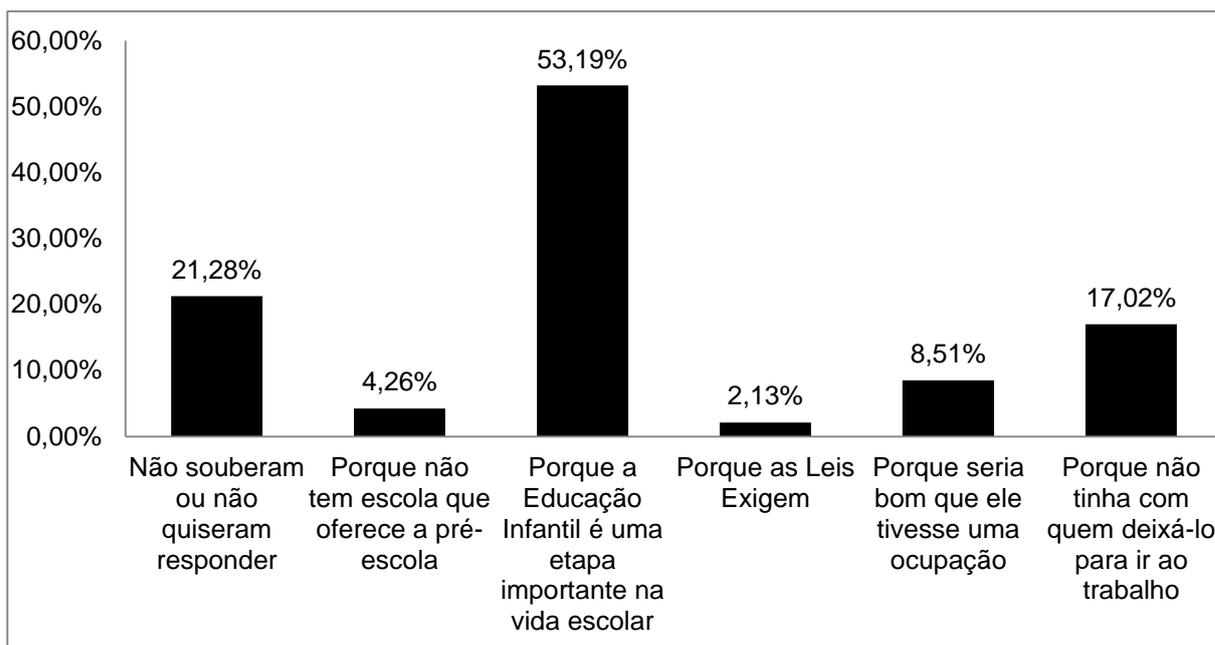


Gráfico 01 – Porque matricular as crianças num CEMEI.
Fonte: Dados compilados na pesquisa.

Nessa questão foi observado como resultado, segundo o GRÁF. 01, que a maioria dos entrevistados (53,19%) comungam da ideia de que o motivo que levou a matrícula das crianças em uma Instituição de Educação Infantil é crença em ser esta uma etapa importante na vida escolar da criança.

Ainda, 17,02% dos entrevistados disseram que geralmente as crianças são matriculadas porque os pais não tem com quem deixá-las para ir ao trabalho; 8,51% afirmam que seria bom que a criança tivesse uma ocupação; 4,26% disseram que matricularam no CEMEI porque não tem escola que forneça essa modalidade e apenas 2,13% dos respondentes disseram que as matrículas são realizadas porque as leis exigem; 21,28% não souberam ou não quiseram responder.

Observa-se que no GRÁF. 01 o percentual de respostas ultrapassa os 100% desejados, isso se justifica por que alguns dos entrevistados entenderam que mais de uma alternativa, respondia ao questionamento, mas tal acontecimento não prejudicou a coleta dos dados, pelo contrário, demonstrou que os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem apresentam mais de uma preocupação a cerca de como, onde, quando e porque matricular seus filhos em uma instituição escolar.

Historicamente as creches foram criadas para serem “depósitos” de crianças pequenas, o que pode ser observado nos capítulos anteriores, sua principal finalidade era de cunho social e presava pela sobrevivência, saúde e higiene das mesmas. O público alvo eram as famílias de renda baixa, cujas mulheres (mães)

eram obrigadas a trabalhar fora de casa, para auxiliar no sustento da família, e não tinham com quem deixar seus filhos pequenos.

Atualmente observa-se que, segundo a pesquisa, um grande número de pais matriculam seus filhos em instituições que ofereçam a Educação Infantil, com o intuito prepara as crianças e proporcionar maior desenvolvimento intelectual e acadêmico, uma vez que esses espaços são criados e preparados para **cuidar e educar** as crianças pequenas.

Segundo Bassedas *et al.* (1999, p. 23-24):

A maturação por si só não seria capaz de produzir as funções psicológicas próprias dos seres humanos: é a aprendizagem na interação com outras pessoas que nos dá a possibilidade de avançar em nosso desenvolvimento psicológico. Esses processos de interação com outras pessoas permitem o estabelecimento das funções psicológicas superiores. Assim, as crianças, começam a utilizar a linguagem como um veículo de comunicação, controle e regulamentação das ações das outras pessoas, e somente depois de tê-la utilizado interagindo com as outras pessoas é que a linguagem converte-se em um instrumento idôneo para planejar ação, ou melhor, a linguagem transforma-se em pensamento. Começamos, então, a delinear a importância fundamental que tem as pessoas mais capazes da espécie no processo de desenvolvimento das crianças e, em nosso caso, as mães, os pais, os professores de educação infantil e também os meninos e meninas mais velhos. A criança pequena, quando atua juntamente com uma pessoa mais capaz, pode chegar a fazer algumas coisas que não consegue fazer em um momento em que estava sozinha [...]. As crianças poderão realizar todas as atividades sozinhas mais adiante, sem prescindir da ajuda de outra pessoa mais capaz ou de um adulto para indicar os processos [...].

Segundo Bassedas *et al.* (1999) é só por meio do contato com outras pessoas de diversas idades que as crianças garantem seu desenvolvimento de forma integral. E o melhor lugar para se estabelecer esse contato é por meio da Educação, desta forma torna-se extremamente importante matricular as crianças pequenas em instituições de Educação Infantil, pois quanto antes a criança estabelecer contato com outras pessoas melhor será seu aprendizado e socialização.

A Educação Infantil é tão importante no desenvolvimento infantil que, a comunidade escolar do CEMEI Manoelina Evaristo da Silva Mataveli já percebeu isso, tendo 53,19% dos respondentes afirmado essa importância (GRÁF. 01).

O GRÁF. 02, apresentado abaixo, tem por finalidade visualizar como foi o processo de matrícula das crianças no CEMEI Manoelina Evaristo da Silva Mataveli.

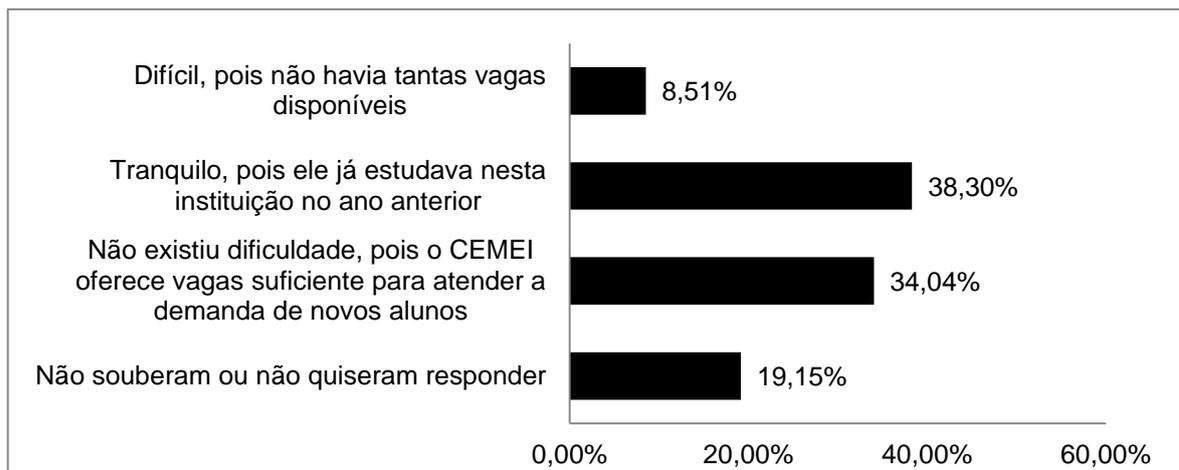


Gráfico 02- Processo de Matrícula.

Fonte: Dados compilados na pesquisa.

Conforme observado no GRÁF. 02, 34,04% dos respondentes relataram que não existiu dificuldades, pois o CEMEI oferece vagas suficientes para atender a demanda de novos alunos; 38,30% também disseram que o processo de matrícula foi tranquilo, pois a criança já estudava nesta instituição no ano anterior; já 8,51% acharam difícil, pois não havia tantas vagas disponíveis.

Com relação ao processo de matrícula, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN 9.394/96 e o decreto 6.094 de 24 de Abril de 2007, prevê que se deve matricular o aluno na escola mais próxima a residência (BRASIL, 2007). E ressalta Coelho (2014, p.17), que "a matrícula pressupõe a existência de vaga, mas é o dever de ofertar estabelecido pela Constituição Federal que deve garantir vagas para todas as crianças por parte do município".

Para Giesteira (2014, p. 28) "no Brasil faltam 1.050.560 vagas para crianças de 4 e 5 anos na educação infantil, o que significa que a cada cinco uma não encontra vaga." Mediante os fatos, a maioria dos respondentes acharam que o CEMEI oferta vagas suficientes tanto para novos quanto para alunos já matriculados no mesmo estabelecimento de ensino.

Quando se questionou a respeito do acolhimento e adaptação das crianças no CEMEI, o objetivo se pautava em saber se a instituição se encontrava, na perspectiva dos envolvidos, capacitada para receber as crianças pequenas; se os profissionais são dedicados e se empenham-se em proporcionar um ambiente agradável e afetivo aos alunos.

Acolhimento e Adaptação	Respostas da comunidade escolar do CEMEI					
	Muito Bom	Bom	Razoável	Ruim	Péssimo	TOTAL
Quanto ao acolhimento	36,17%	53,19%	10,64%	0,00%	0,00%	100%
Quanto à adaptação	31,92%	42,55%	25,53%	0,00%	0,00%	100%

QUADRO 1 – Acolhimento e Adaptação das crianças no CEMEI
Fonte: Dados compilados na pesquisa.

Quando questionado sobre a adaptação e acolhimento das crianças na Educação Infantil apurou-se que 36,17% dos respondentes afirmaram que o acolhimento das crianças no CEMEI é muito bom, 53,19% afirmaram que o acolhimento é bom e apenas 10,64% disseram que é razoável, e nenhum dos respondentes disseram que o acolhimento é ruim ou péssimo. Observa-se ainda que com relação à adaptação das crianças à nova rotina, não aparecem dados negativos (muito bom – 31,92%, bom – 42,55% e razoável – 25,53), o que afirma que alunos bem recebidos se adaptam melhor ao meio em que são inseridos.

Outro fator apresentado que tem contribuição impar no processo de adaptação das crianças é o acolhimento, Didonet (2014) afirma que se as crianças se sentem acolhidas, seguras, valorizadas, e se podem brincar muito e, sem se perceberem alunas, e se aprendem coisas interessantes, essas crianças estarão sempre desejosas por estar presente nas instituições de ensino. E quando se diz crianças, quer se dizer todas as crianças, pois com a obrigatoriedade de todas frequentarem o ambiente escolar, todas, sejam elas de qualquer classe social, cultura ou etnia, esses pequenos terão o direito de frequentarem as maravilhas desses espaços, recheados de encanto e de conhecimento.

Como já mencionado anteriormente por Pavoni (1989 citado por Paiva 2011), educar é formar e informar. A educação tem por objetivo acolher as crianças nos seus atributos atuais e oferecer-lhes conteúdos atuais que promovam seu desenvolvimento pleno, porém, para que isso aconteça é imprescindível conhecer integralmente todas as crianças que se matriculam nas instituições de Educação Infantil.

Segundo perspectiva de Paiva (2011) as fronteiras entre a escola e a família, que antes eram separadas, hoje se confundem. Uma vez que a formação das crianças, atualmente, é tarefa partilhada entre família e escola. É necessário que os professores recebam qualificações para que, esses profissionais, tenham

condições de atender as necessidades dos alunos, uma vez que a escola também exerce o papel de educadora.

O acolhimento é tão necessário para o desenvolvimento pleno das crianças que é por intermédio desse processo que a adaptação dos indivíduos aos meios acontece de forma agradável e fácil, observe o que Ortiz (2011, p. 3) relata sobre esse assunto:

A adaptação pode ser entendida como o espaço que a criança realiza para ficar, e bem, no espaço coletivo, povoado de pessoas grandes e pequenas, desconhecidas. Onde as relações, regras e limites são diferentes daqueles do espaço doméstico a que ela está acostumada. Há de fato um grande esforço por parte da criança que chega e que está conhecendo o ambiente da instituição, mas ao contrário do que o termo sugere não depende exclusivamente dela adaptar-se ou não à nova situação. Depende também da forma como é acolhida.

Considerando a adaptação sob o aspecto da necessidade de acolher, aconchegar, procurar o bem estar, o conformo físico e emocional, aparar, amplia significativamente o papel e a responsabilidade da instituição de educação neste processo.

A qualidade do acolhimento é que garantirá a qualidade da adaptação, portanto não se trata de uma opção pessoal, mas de compreender que há um Inter jogo de movimentos tanto da criança como da instituição dentro de um mesmo processo.

Para tanto, como já dito pela autora acima, é fundamental que a criança seja bem acolhida e bem recebida para que o processo de adaptação se concretize com eficácia e que o aprendizado seja alcançado e prontamente absorvido pelo aluno.

Mantendo a mesma linha de questionamento, as pesquisadoras indagaram se as crianças quando matriculadas no CEMEI apresentaram dificuldade de adaptação à nova rotina.

A partir das respostas obtidas, elaborou-se o GRAF. 03, com o intuito de melhor entendimento e visualização dos dados coletados.

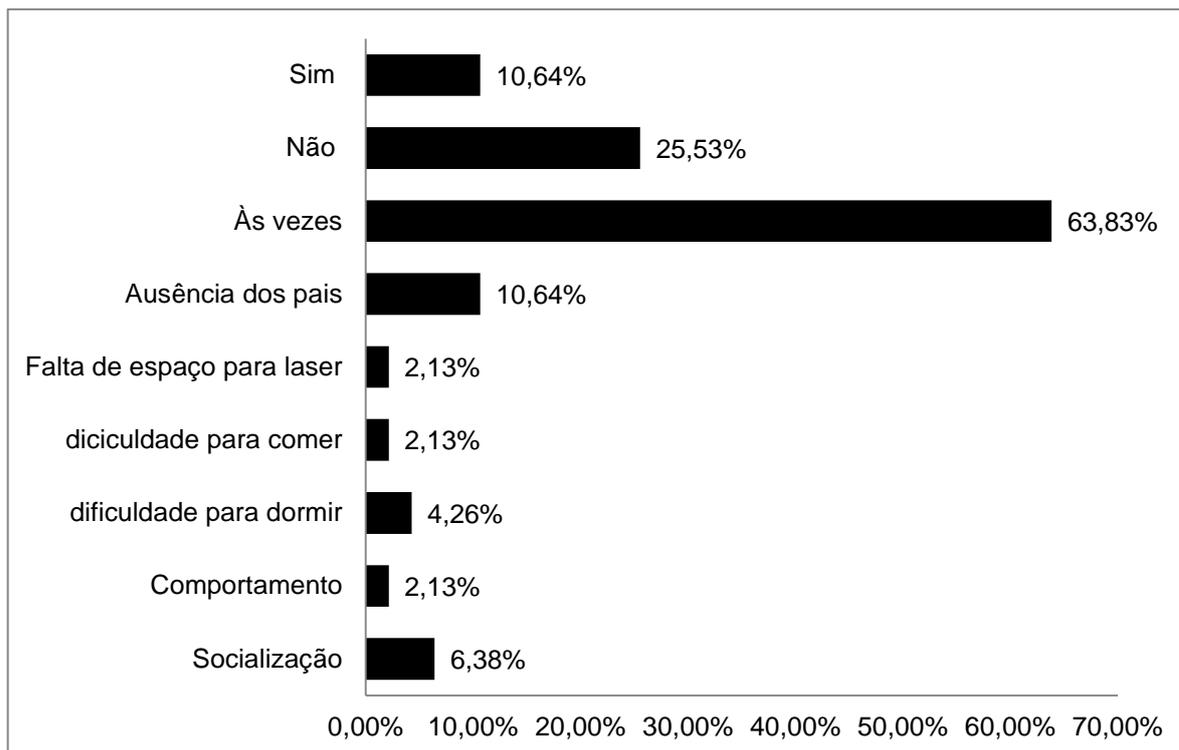


Gráfico 03 – Dificuldade de adaptação das crianças na rotina escolar.
 Fonte: Dados compilados na pesquisa.

Segundo o resultado obtido, 63,83% dos respondentes disseram que somente às vezes as crianças apresentam dificuldade de adaptação à nova rotina; 25,53% não apresentam dificuldade de se adaptar e apenas 10,64% das crianças apresentam dificuldades de adaptação ao novo hábito.

Foi solicitado que se especificasse, quais seriam as dificuldades manifestadas com mais frequência pelas crianças. Então, obtiveram este resultado: 10,64% das crianças se queixam da ausência dos pais; 2,13% se sentem angustiadas pela falta de espaço para realizarem atividades físicas e/ou laser; 2,13% dos respondentes disseram que as crianças somatizam suas dificuldades de adaptação na falta de apetite ou dificuldade para comer; outros 4,26% na dificuldade em dormir; 2,13% dos entrevistados disseram que as crianças expressam suas dificuldades por meio de comportamentos, ora agressivos, ora tristes; e 6,38% dos respondentes disseram que as crianças apresentam dificuldade de se socializarem.

Segundo Santos (2012), o período de adaptação de uma criança em um novo ambiente é sempre muito complicado. Nas instituições de Educação Infantil, os professores precisam estar muito bem preparados para receber todos os alunos, mas em especial àquela criança que apresenta dificuldade em se adaptar. Para que esse processo não seja frustrado, o professor deve ter, algumas “cartas na manga”,

bem como atividade diferenciadas, objetivando que esse aluno se sinta seguro e tranquilo e aceite o novo ambiente.

Sustentando as respostas adquiridas na entrevista Gonçalves e Damke (2007), vêm dizer que a adaptação é um processo natural e singular de construção de vínculos entre a escola, a criança e a família. Afirmam ainda que algumas crianças apresentam maiores dificuldades em se separar emocionalmente e fisicamente de seus pais, sendo assim, é necessário que seja dada atenção e segurança a essas crianças. Nesse período de adaptação são necessários cuidados especiais para que a criança se sinta confiante no novo ambiente, o infante deve conhecer os limites impostos para uma vivência coletiva, bem como conhecer seus próprios limites e tentar separá-los.

Ao abordar a aceitação da criança à educação infantil bem como o seu comportamento advindo da sua inserção ao ambiente escolar, o foco era saber a visão da criança mediante ao questionamento.

As informações coletadas no questionário estão contidas no QUADRO 2, apresentada a seguir.

Aceitação da criança à educação e seu comportamento	Respostas da comunidade escolar do CEMEI			
	Sim	Não	Às vezes	Total
As crianças gostam de frequentar a creche	82,98%	0,00%	17,02%	100%
Mudança no comportamento das crianças	80,85%	19,15%	0,00%	100%

QUADRO 2 - Aceitação da criança à educação infantil e seu comportamento ao ser matriculada no CEMEI.

Fonte: Dados compilados na pesquisa.

Assim como mostra o QUADRO 2, ao indagar se as crianças gostam de frequentar o CEMEI Manoelina Evaristo da Silva Mataveli, 82,98% dos respondentes alegaram que sim, as crianças gostam de frequentar, e 0,00% disseram que as crianças não gostam de frequentar o CEMEI, e 17,02% dos respondentes alegaram que somente às vezes as crianças gostam de frequenta o CEMEI.

Sendo assim, a maioria dos entrevistados acredita que as crianças gostam de estar e frequentar o CEMEI e para Kramer (1985) é muito importante para a criança saber expressar suas vontades, e que ela precisa ser entendida pelo que ela é e não pela falta. E nessa perspectiva “as crianças constroem o

conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem” (BRASIL, 1998, p. 21).

Ao abordar se houve mudanças no comportamento dos alunos matriculados a partir de quatro anos de idade no CEMEI Manoelina Evaristo da Silva Mataveli, observou-se que 80,85% dos respondentes acreditam que sim, houve mudanças; 19,15% alegaram que não houve mudança no comportamento das crianças; e 0,00% alegaram que às vezes as crianças apresentam comportamentos atípicos.

Pediu-se aos respondentes que especificassem quais mudanças ocorreram no comportamento da criança após seu ingresso ao ambiente escolar. Estes relataram que as modificações foram boas como o melhor entendimento de regras, respeito ao próximo e autonomia. Para Paiva (2011) o ambiente escolar é como um intermediário transformador que possibilita atitudes reflexivas e críticas sobre a realidade e a humanidade. Pavoni (1989) citado por Paiva (2011), também afirma que é necessário todos os conflitos, vivenciados pela criança no processo de mudança.

Sobre o ensino oferecido às crianças, o seu desempenho escolar e as atividades desenvolvidas no CEMEI Manoelina Evaristo da Silva Mataveli, coletou-se as seguintes respostas apresentadas a seguir pelo QUADRO 3 e QUADRO 4.

Ensino oferecido e desempenho dos alunos	Resposta da comunidade escolar do CEMEI						
	Excelente	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não souberam responder	Total
Quanto o ensino oferecido às crianças a partir de 04 anos de idade no CEMEI	19,15%	44,68%	34,04%	0,00%	0,00%	2,13%	100%
Quanto ao desempenho escolar dos alunos	19,15%	48,94%	25,53%	0,00%	0,00%	6,38%	100%

QUADRO 3 – Ensino oferecido e contribuição para desempenho escolar.

Fonte: Dados compilados na pesquisa.

O QUADRO 3 mostra que o ensino oferecido pelo CEMEI é visto pela

comunidade escolar como de boa a ótima qualidade.

Existe uma grande preocupação em se ofertar um ensino de qualidade que proporcione aos alunos o desenvolvimento pleno de suas funções, e esta preocupação não está contida apenas nos pais e responsáveis mais também nos órgãos governamentais, prova disto é a LDBEN que aborda isso em seus textos, mais precisamente no art. 2º. (BRASIL, 1996).

Silveira (2010), afirmar que recentemente é manifesta a preocupação com a qualidade da Educação infantil, visando o desenvolvimento da criança sob todos os aspectos, quais sejam: físico, cognitivo, afetivo, preparatório para o ensino fundamental, etc.

Atividades do CEMEI	Resposta da comunidade escolar do CEMEI						
	Contribui	Contribui parcialmente	Contribui totalmente	Não contribui	Indiferente	Não souberam responder	Total
Atividades desenvolvidas no CEMEI e suas contribuições para a formação educacional e social das crianças	63,83%	27,66%	4,26%	4,26%	0,00%	0,00	100%

QUADRO 4 – Contribuição das atividades desenvolvidas no CEMEI.

Fonte: Dados compilados na pesquisa.

Dadas às informações, apresentadas nos QUADRO 3 e QUADRO 4, observa-se o ensino oferecido às crianças a partir ser excelente, 44,68% acreditam ser bom, 34,04% acreditam ser regular, 0,00% ruim ou péssimo e 2,13% não souberam ou não quiseram responder.

Quanto ao desempenho escolar dos alunos matriculados a partir dos 04 anos de idade no CEMEI, 19,15% acreditam ser excelente; 48,94% acreditam ser bom; 25,53% dos respondentes acreditam ser regular; 0,00% ruim ou péssimo; e 6,38% não souberam ou não quiseram responder.

E com relação às atividades desenvolvidas no CEMEI levantou-se o questionamento a fim de saber se as mesmas contribuem para a formação educacional e social das crianças, e de acordo com os respondentes, 62,83% alegaram que contribuem; 27,68% alegaram que contribuem parcialmente; 4,26% que contribuem totalmente; 4,26% que não contribui; 0,00% foram indiferentes; e

0,00% não souberam ou não quiseram responder.

Nota-se que a maioria dos entrevistados acredita que o ensino oferecido pelo CEMEI é bom, que o desempenho escolar dos alunos, também é bom e que as atividades desenvolvidas no CEMEI contribuem para a formação educacional e social das crianças. Para Angotti (1998, p.63) "A criança em idade pré-escolar, deve encontrar satisfação nas atividades, na realização dos trabalhos que supram interesses, vontades e suas necessidades vitais [...]".

Vergara (2014, p. 13) afirma que "As crianças aprendem a partir de seu interesse, brincando, interagindo com o conhecimento, de forma livre e autônoma, e com os outros, em um contexto familiar e comunitário".

Angotti (1998) também ressalta que atividade espontânea é a fonte e a causa do desenvolvimento do conhecimento e do caráter, e pode ser caracterizada como processo pelo qual o indivíduo realiza sua própria natureza.

Seguindo este viés de raciocínio questionou-se aos entrevistados se eles achavam que a educação infantil é uma modalidade importante para a criança, os resultados serão analisados através do GRÁF. 4 a seguir:

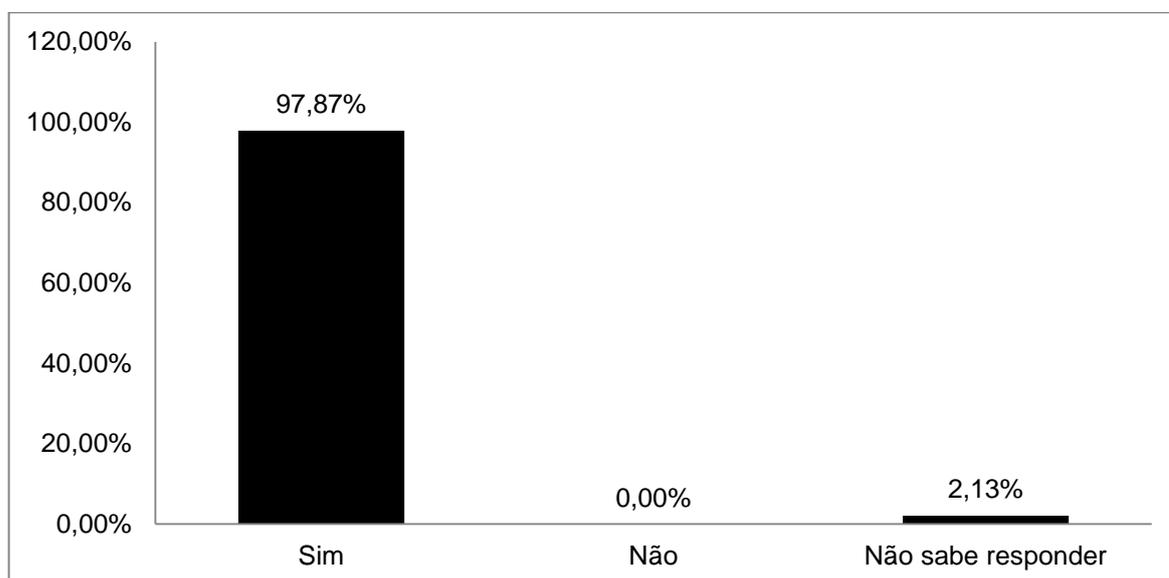


Gráfico 4 – Importância da educação infantil.

Fonte: Dados compilados na pesquisa.

Quanto à importância da educação infantil, de acordo com os dados coletados, 97,87% afirmam que sim, ela é muito importante para a criança; 0,00% afirmam que não; e 2,13% não souberam responder.

A educação infantil é uma etapa muito importante para a criança em seu percurso estudantil, Angotti (1998, p.8) destaca que:

A educação é o processo pelo qual o indivíduo desenvolve a sua condição humana autoconsciente, com todos os seus poderes, suas capacidades funcionando completa e harmoniosamente, em relação à natureza e à sociedade em que vive. [...] sendo a educação o meio, o canal essencial para sua evolução futura.

A autora supracitada também reconhece que "A criança é a chave do futuro, é a esperança de realizações futuras em defesa do direito de todos, na transformação da sociedade" (ANGOTTI, 1998, p.48).

Sendo assim, a educação infantil é considerada de suma importância para a criança, pois é nesta etapa que a criança está mais propícia à aprendizagem:

A educação infantil está entre as prioridades do MEC, pois sabemos da importância desse período para o desenvolvimento da pessoa em todas as suas dimensões: cognitiva, afetiva, corporal e social tendo em vista sua autonomia. Nesse período, desenvolvem-se as capacidades da relação com o outro, a identidade, as atitudes de tolerância, o respeito às diversidades. Na vida das crianças, esse é um período profícuo para se ter acesso ao conhecimento (BEAUCHAMP, 2005, p.10).

Segundo Paulino (1989) citado por Angotti (1998, p. 178):

A função da pré-escola não é só o lugar de guardar crianças, não é só prontidão para o primeiro grau, não é só lugar para um trabalho informal. Porque sua função principal é a pedagógica, a valorização dos conhecimentos que a criança já possui, possibilitando a aquisição de novos conhecimentos. Assim, as atividades da pré-escola devem enriquecer as experiências das crianças e possuir um significado real para suas vidas. A pré-escola não pode mais ficar separada da vida, da realidade de cada criança, num mundo de ritmos imutáveis. Portanto, seu objetivo principal é possibilitar à criança ampliação de suas experiências, fazendo do conhecimento um conhecimento novo. Tornando-os indivíduos produtivos, autônomos, participativos, críticos e transformadores.

Questionou-se ainda sobre a estrutura organizacional (física e pedagógica) da instituição com o intuito de identificar o objeto de estudo tem condições de receber a todas as crianças da comunidade e circunvizinhança a partir dos 04 anos de idade, conforme exige o texto da Lei Complementar 12.796/2013.

Para apresentação dos resultados desta questão foi elaborado o GRÁF. 5 cujo objetivo é apresentar de forma clara qual a opinião da comunidade escolar do CEMEI acerca da estrutura da instituição.

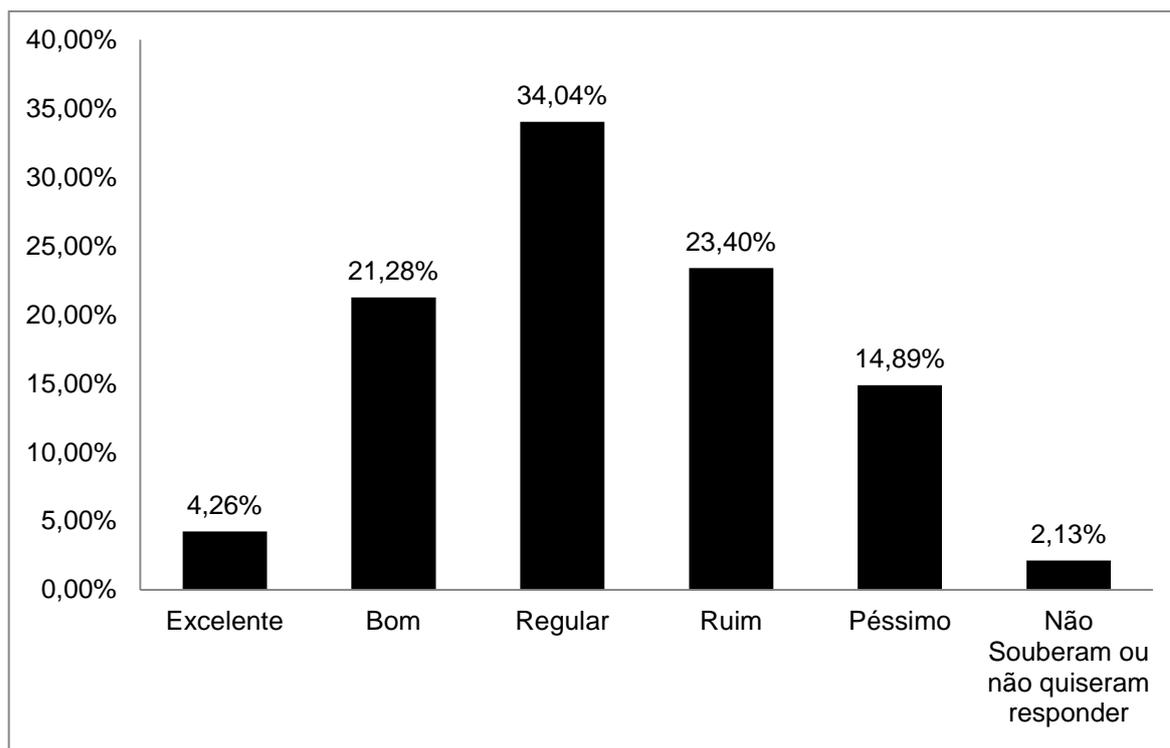


Gráfico 5 – Avaliação da estrutura física do CEMEI.

Fonte: Dados compilados na pesquisa.

O GRAF. 5 apresenta as opiniões dos respondentes a respeito da estrutura física do CEMEI, e em complementação a este gráfico, apresenta-se em seguida o GRÁF. 6 que tratará das melhorias que o espaço físico e estrutura pedagógica da instituição necessitam, para melhor atender aos alunos.

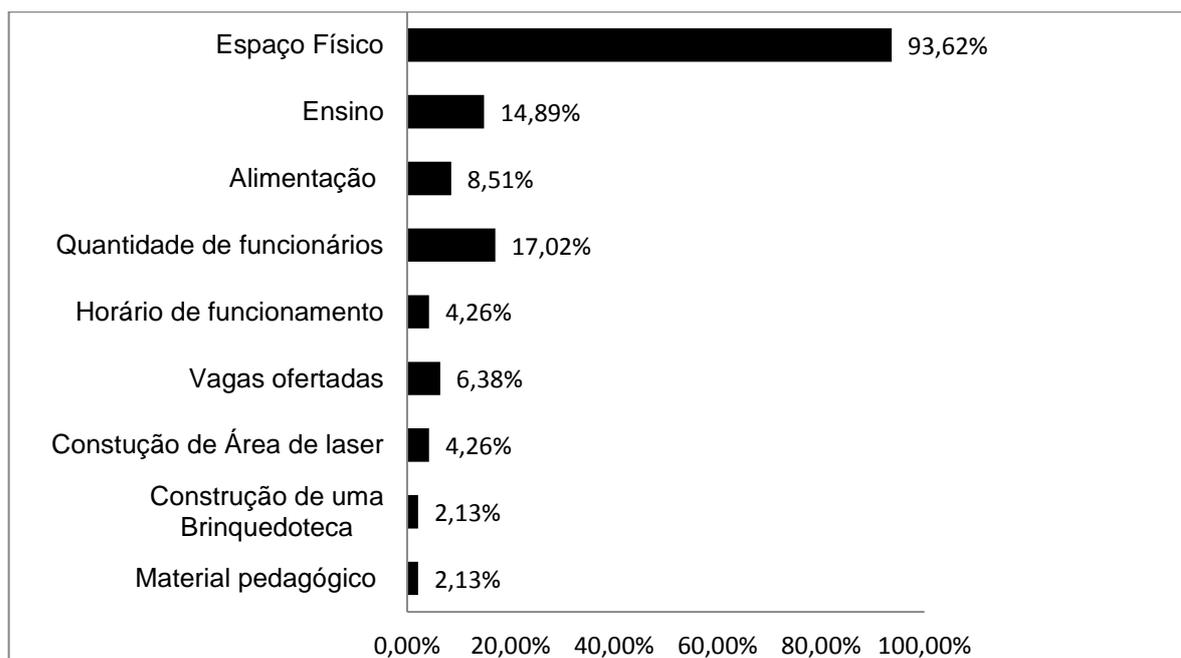


Gráfico 6 – Melhorias necessárias à estrutura do CEMEI.

Fonte: Dados compilados na pesquisa.

Segundo o GRÁF. 5, dos entrevistados 34,04% disseram que a estrutura física do CEMEI está em condições regular para atender a demanda de crianças a partir da obrigatoriedade da lei; 23,40% afirmam que a estrutura é ruim e que necessita de uma considerável quantidade de ajustes; 14,89% disseram que a estrutura do CEMEI necessita de reajustes profundos e que não tem condições de atender a demanda das apresentadas a ele, e apenas 4,26% consideram que o CEMEI possui estrutura excelente e que está pronta para receber os novos ingressos; 2,13% não souberam responder.

Ao serem questionados sobre os principais pontos da estrutura do CEMEI que necessitam de ajustes para a recepção das crianças (GRÁF. 6), 93,62% das respostas, apontam o espaço físico; 14,89% apontaram o Ensino como o principal fator de mudanças; 17,02% alegam a necessidade de contratação de mais funcionários; e apenas 6,38% disseram que as vagas ofertadas não serão suficientes para o atendimento da demanda.

Alguns dos respondentes levantaram outras questões necessárias para o bom atendimento das crianças no CEMEI: Construção de Área de lazer, construção de uma Brinquedoteca, e a oferta de materiais pedagógicos, tanto para o desempenho das atividades dos professores quanto à disponibilização para os alunos.

Segundo Coelho (2000 citado por Paiva 2011) uma instituição escolar deve promover um espaço com condições de ofertar bases sólidas para a formação do indivíduo, este espaço deve promover total equilíbrio e liberdade às crianças para a vida (PAIVA, 2011).

Segundo Abramowicz e Wajskop (1999, p. 30) “todo espaço físico é um território cultural: a ser ocupado, construído, bagunçado, organizado, marcado por experiências, sentimentos e ações das pessoas”.

Os espaços das instituições que oferecem a Educação Infantil são variados e diferentes. Por isso, eles devem refletir os princípios educativos em que se baseiam e a prática dos profissionais de educação infantil que neles agem (ABRAMOWICZ; WAJSKOP, 1999).

Segundo os autores (p. 30) a criança carece de espaço para “movimentar-se, correr, esconder-se, olhar-se, engatinhar, andar, saltar, pular, experimentar, mexer, descansar. Precisa ficar sozinha ou com os amigos: para

desenhar, construir, pintar, dançar, ler, penar, cantar, gritar ou ficar quietas, comer, dormir...”.

Abramowicz e Wajskop (1999) ainda defendem que a Educação Infantil, através da ação planejada de seus profissionais, precisa preparar seus espaços de forma a acolher e propiciar, para as crianças, percepções do ambiente cultural, auxiliando-as a adaptar-se a ele e a modificá-lo.

Abramowicz e Wajskop (1999, p. 30/34) afirmam ainda que:

A organização dos espaços das creches é importante porque: afeta tudo o que a criança faz (p. 31), interfere na percepção que a criança tem da realidade; Modifica suas atividades e a maneira como utiliza os materiais (p. 32), influencia sua capacidade de escolha (p. 33), Transforma as interações com as outras crianças, como os profissionais e como seus pais (p. 34).

Para tanto o espaço físico é tão importante quando a organização pedagógica em uma instituição de Ensino Infantil.

Questionou-se ainda qual a opinião da comunidade quanto à obrigatoriedade trazida pela Lei 12.796/2013, que define a pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade, e reorganiza a educação infantil, onde esta modalidade deverá ter carga horaria 800 horas anuais distribuídas em 200 dias letivos, e controle de frequência pela instituição exigida a frequência mínimo de 60% do total das horas, entre outras mudanças contempladas pela lei, já mencionadas em capítulos anteriores.

As questões obteve-se as seguintes informações:

Opinião da comunidade sobre a Lei 12.796/2013	Respostas da comunidade escolar do CEMEI				
	Influencia muito	Influencia	Influencia parcialmente	Não Influencia	Total
Influência da Lei 12.796/13 na formação das crianças.	48,94%	27,66%	19,15%	4,25%	100%
	Sim	Não	Às vezes	Não souberam responder	Total
Opinião sobre a Lei 12.796/13 e a obrigatoriedade de matrícula, mesmo os pais possuindo disponibilidade	38,30%	25,53%	36,17%	0,00%	100%

para cuidar de seus filhos em período integral					
	Vantagens	Desvantagens	Não souberam responder	Indiferente	Total
Vantagens ou desvantagens da Lei 12.796 para o desempenho escolar e social da criança	74,47%	8,51%	17,03%	0,00	100%
	Concorda	Concorda parcialmente	Discorda/Indiferente	Discorda totalmente	Total
Opinião da comunidade quanto Lei 12.796/2013	57,45%	38,30%	0,00%	4,25%	100%

QUADRO 5 – Opinião da comunidade escolar quanto à influência da Educação Infantil na formação das crianças

Fonte: Dados compilados na pesquisa.

Sendo assim, quanto a Influência da Lei 12.796/13 na formação das crianças, a maioria dos respondentes afirma que tal obrigatoriedade traz influências significativas e positivas (influencia muito 48,94%, influencia 27,66%, Influencia parcialmente 19,15%) na formação das crianças e apenas 4,25% dizem que não trará influência para a formação das crianças.

Quanto a Opinião sobre a Lei 12.796/13 e a obrigatoriedade trazida por ela de se matricular as crianças já aos 4 anos de idade em uma pré-escola mesmo os pais possuindo disponibilidade para cuidar de seus filhos em período integral, 38,30% responderam que sim, concordam com as novas adaptações trazidas pela lei; 25,53% não concordam e afirmam que ainda é muito cedo para obrigar que as crianças frequente a escola com a assiduidade exigida pela legislação; e 36,17% disseram concordar em partes com a lei (às vezes), uma vez que consideram a educação infantil uma etapa importante, mas acreditam que as crianças pequenas não deveriam ser obrigadas a frequentar tal modalidade, e que os pais é quem deveriam decidir matricular ou não as crianças na educação infantil.

Quanto às vantagens ou desvantagens da Lei 12.796 para o desempenho escolar e social da criança, 74,47% disseram que há vantagens; 8,51% dizem que há desvantagens, e 17,03% não souberam responder.

Sobre a opinião da comunidade em concordar ou não com a Lei 12.796/2013, chegou-se ao seguinte resultado: 57,45% concordam com a Lei;

38,30% concordam parcialmente e 4,25% discordam totalmente, os últimos alegaram que as crianças não podem ir tão cedo para as escolas e que desta forma a educação das crianças sofrerá algum tipo de influência negativa.

É importante saber que a educação tem grande importância na formação do indivíduo e segundo a Unesco (1990), na Declaração Mundial para educação para todos, a aprendizagem começa com o nascimento, isso exige o cuidado desde cedo. Porém, para Paiva (2011), as crianças passam muito tempo com seus professores, mais tempo até do que com os próprios pais, e por esse motivo, é necessário que esses profissionais exerçam as funções de educadores. Esse fator deve ser tratado com muito cuidado para que a escola não tenha total responsabilidade com a educação das crianças fazendo com que a família se torne dispensável para esse processo.

Paiva (2011), afirma ainda que as fronteiras entre a escola e a família, que antes eram separadas, hoje se confundem. A realidade conferiu uma união mais do que necessária entre pais e professores. Educar as novas gerações é função conjunta da família e da escola.

Uma vez que com a obrigatoriedade da educação das crianças já aos 4 anos de idade, é notório que os pequenos passarão um turno do dia, ou o dia todo, longe do ambiente familiar, e pensando sobre o que a comunidade escolar entende sobre esse assunto, indagou-se sobre a influência sobre o convívio familiar. Como respostas encontraram-se os seguintes dados no QUADRO 5.

Questão	Resposta da comunidade escolar				
	Sim	Não	Às Vezes	Não souberam responder	Total
Haverá algum tipo de influência sobre convívio/vínculo familiar pelo fato das crianças já aos 4 anos de idade serem obrigadas por lei a frequentarem a escola	23,40%	40,43%	29,79%	6,38%	100%
Visões quanto se Estado estaria interferindo nas responsabilidades da família ao obrigar que a criança ainda com 4 anos passe a frequentar a escola	31,91%	44,68%	17,02%	6,38%	100%

QUADRO 6 – Influência da lei sobre o convívio familiar
 FONTE: Dados compilados na pesquisa.

Ao se questionar sobre as possíveis influências ao convívio/vínculo familiar pelo fato das crianças já aos 4 anos de idade serem obrigadas por lei a frequentarem a escola, os respondentes disseram que não haverá influência (40,43%) que o convívio/vínculo não será abalado. Contrapondo os primeiros, aparece um grupo (23,40%) que afirma que a família sofrerá influência negativamente, pois os filhos ficarão por mais tempo longe do ambiente familiar; 29,79% afirmaram que às vezes a família sofrerá, pois a criança terá contato com outras pessoas e mais cedo aprenderá coisas, que podem ser desagradáveis, que antes não viam dentro dos lares, mas que também será importante esse convívio para socialização da criança.

Ainda para saber se a comunidade escolar em tela pensa sobre as possíveis influências do Estado e se o mesmo estaria interferindo na responsabilidade da família, percebeu-se que 44,68% afirmam que o estado e família possuem funções específicas, e que o primeiro não interfere no desenvolvimento e responsabilidade da segunda; porém, em contradição a essa alternativa, 31,91% disseram que o estado estaria tentando assumir as funções da família, e cada vez mais cedo está tentando obrigar os pais a matricularem seus filhos na escola. Outros 26,40% se mostraram inseguros ao responder, afirmando que não sabem ou que “acham que às vezes o estado estará tentando influenciar, mas não saberia responder como”.

Vale ressaltar que alguns pais ao serem entrevistados, afirmaram que quanto mais cedo à criança ingressar na escola mais cedo a criança perderá o prazer pelos estudos.

De uma parte, pode-se compreender que não é a obrigatoriedade que faz o ensino fundamental ser maçante para muitas crianças a ponto de abandonarem a trajetória, ou constantemente terem vontade de abandonar os estudos. O que mantém as crianças na escola é “a alegria que sentem naquele espaço, a atratividade do ambiente, o encantamento em realizar as atividades cotidianas” (DIDONET, 2014, p.7).

Segundo Kaloustian (1988), a educação infantil começa bem antes das crianças irem para a escola, é no berço familiar que os pequenos recebem o primeiro suporte para a essa educação. É a família que satisfaz as necessidades básicas para sua sobrevivência, além de ser responsável pelo desenvolvimento da

percepção, motricidade, linguagem, a capacidade de lidar com os objetos, entre outras.

O autor afirma ainda que o convívio familiar influencia sobremaneira o desenvolvimento escolar da criança, em especial na educação infantil, pois nessa fase a criança não apresenta, ainda, maturidade para dissociar o contexto escolar do contexto familiar.

Segundo Rousseau (1973 citado por Paiva, 2007) sem a imposição institucional, a ação formativa, iniciada pelos pais, estende-se a toda a comunidade na medida em que a dinâmica da vida social produz no educador a simplicidade, o respeito, o amor e a arte da convivência.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Delineado os objetivos da pesquisa, feito a revisão de literatura, coletado e analisados os dados, explana-se as considerações finais do presente estudo.

Segundo a pesquisa realizada, a comunidade escolar do CEMEI Manoelina Evaristo da Silva Mataveli acredita que essa alteração efetivada pela lei 12.796/2013, pode contribuir, e muito, para a formação do alunado, e esta contribuição aparece de forma benéfica e necessária. Aparece um pequeno grupo que não concorda com essa nova regulamentação, no entanto, além de ser a minoria, esse grupo apresenta justificativas que embasam suas respostas, tais como: a criança é ainda muito pequena, ou as crianças rapidamente perderá o prazer pela vida acadêmica e quando chegarem às series mais avançadas do ensino fundamental mais terão mais interesse pelos estudos.

Quando se analisou a adaptação da criança ao ambiente escolar aos 4 anos de idade, se tornou possível afirmar que as crianças apresentam poucas dificuldades de adaptação ao meio escolar. E esta boa adaptação está ligada intimamente com o acolhimento desses alunos. E segundo a fala de alguns professores, o meio escolar é mais favorável a algumas crianças do que o meio familiar, pois na escola essas crianças encontram afeto, cuidado, refeições e lazer.

Outro item que se sentiu necessidade de identificar foi se a instituição está preparada para receber esta nova clientela composta por crianças que antes não eram matriculadas, por não ser obrigatória, e a partir da lei 12.796/2013, obrigatoriamente será matriculada; e o resultado encontrado aponta que a comunidade escolar necessita, e muito, de melhorarias, tanto na estrutura física do CEMEI quanto na organização pedagógica. A instituição na atual conjuntura, não apresenta condições estruturais para o recebimento de todas as crianças a partir de 4 anos de idade residentes na comunidade de Santa Marta.

Para o recebimento desse público é necessário que o CEMEI seja submetido a uma reforma cujos espaços para ministração das aulas, refeitórios e áreas de lazer sejam ampliados e reestruturados. Com o aumento do público, necessário será também que o funcionalismo seja expandido, conseqüentemente,

os gastos financeiros para a manutenção das atividades da instituição também sofrerão alterações.

Ainda sobre a reação da comunidade escolar mediante a nova proposta de inserção escolar regulamentada pela Lei 12.796 de 04 de abril de 2013, decidiu-se pesquisar como esses se comportam ante as novas obrigações. E como resultado observou-se que a maioria dos entrevistados não apresentava conhecimento sobre as novas exigências trazidas pela lei, e alguns esboçaram surpresa quando as pesquisadoras falaram sobre essas alterações. Mas mesmo assim a maioria acredita que é através da educação que o mundo poderá ser transformado.

Em se tratando de pontuar os possíveis resultados inerentes ao ingresso escolar aos 4 anos de idade, é bem complexo pois todo ambiente onde a criança estabelece contato é uma fonte de aprendizado. É importante que a educação transcenda os portões das escolas, e que tudo o que rodeia o universo da criança é fenômeno de exploração e aprendizagem para as mesmas.

Os resultados mostraram que apesar da educação infantil ser considerada uma modalidade de grande relevância na vida dos alunos, ainda existem resistência de algumas pessoas quanto ao matricular a criança aos 4 anos de idade na pré-escola. Os resultados obtidos foram de extrema relevância para a pesquisa. Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa trouxe informações que podem vir a auxiliar tanto as instituições onde se realizou o estudo, como a comunidade a qual pertence e o próprio município.

Paulo Freire citado por Gadotti (2007, p. 13), diz que não há ensino-e-aprendizagem fora da “procura, da boniteza e da alegria”, para tanto todo aprendizado deve ser significativa e repleta de, desta forma, independente da idade em que a criança seja inserida na escola, o aprender será prazeroso e concreto.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; WAJSKOP, Gisela. **Educação Infantil**: creches: atividades para crianças de zero a seis anos. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1999.

ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Editora Cortez, Autores Associados, 1984.

AMORIM, Marina Alves. **Por uma história da educação para além da escola**. Belo Horizonte: FaE/ UFMG, 201?. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br/portalmineiro/conteudo/externos/2cpehemg/arq-ind-nome/eixo11/complestos/historia.pdf>>. Acesso em 25 jun. 2014.

ANGOTTI, Maristela. **O Trabalho Docente na Pré-Escola**: Revisitando Teorias, Descortinando Práticas. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

ÁVILA, Ivany Souza; XAVIER, Maria Luisa Merino (coord). **Plano de atenção à infância**: objetivos e metas na área pedagógica. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 1997.

BASSEDAS, Eulàlia. *et al.* **Aprender e ensinar na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

BEAUCHAMP, Jeanete. Integração de creches e pré-escolas e habilitação de professores: Qualidade na Educação Infantil. **Revista Criança**. Brasília, n.39. abr./2005

BEE, Helen. **A criança em desenvolvimento**. 9.ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BOCK, Ana Mercês Bahia. *et al.* **Psicologia**: uma introdução ao estudo de psicologia. 13. ed. reform. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007 (Coleção primeiros passos, 20).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfica, 1988.

BRASIL. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 28 jul. 2014.

BRASIL. Lei n. 9394 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 out.1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto Presidencial nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispões sobre a implementação do Plano de Dispões sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Vol. 01.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares nacionais para a educação infantil**/Secretaria da Educação Básica: Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. OEI – Ministério da Educação. **Sistema Educativo Nacional de Brasil: 2002** / Ministério da Educação de Brasil (MEC/INEP) y Organización de Estados Iberoamericanos, 2002. Disponível em: <http://www.oei.es/quipu/brasil/estructura.pdf>>. Acesso em 09 jul. 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.796 de 04 de Abril de 2013**: Altera e Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm> Acesso em: 04 mar. 2013.

BRASIL. Portal Brasil. **Etapas do ensino asseguram cidadania para crianças e jovens**. Disponível em < <http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/04/etapas-do-ensino-asseguram-cidadania-para-criancas-e-jovens>> .Acesso em: 07 jul. 2014. publicado: 03/04/2012 12:33 Última modificação: 27/06/2014 15:44

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Básica**. 2014a. Disponível me: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=293&itemid=358> acesso em: 07 jul. 2014

BRASILIA. Orientações pedagógicas do convênio entre a secretaria de estado de educação do distrito federal e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para oferta de educação infantil. **Governo do Distrito Federal**. 2014.

BUJES, Maria Isabel E.; HOFFEMANN, Jussara M.L. A creche à espera do pedagógico. **Perspectiva**. Florianópolis, v.9, n.16, p.122-132, jan./dez.1991. In: HOFFMANN, Jussara; SILVA, Maria Beatriz G. da. **Ação Educativa na Creche**. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2002.

CRAIDY, Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. (Org.) **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

COELHO, N. N. Literatura infantil — Teoria, análise, didática. São Paulo: Moderna, 2000b. in: PAIVA, Lucélia Elizabeth. **A arte de falar da morte para crianças: A literatura infantil como recurso para abordar a morte com crianças e educadores**. São Paulo: Ideias & Letras, 2011.

COELHO, Rita. Entre o direito e o dever. **Pátio-Educação Infantil**. Porto Alegre, ano XII, n. 38, p.03, jan/mar 2014.

DIDONET, Vital. **Creche: a que veio... para onde vai...** In: Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v 18, n. 73. Brasília, 2001. p.11-28.
Disponível em:
<<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1107/1007>> Acesso em: 03 mar. 2014.

DIDONET, Vital. Dilemas da obrigatoriedade da pré-escola. **Pátio-Educação Infantil**. Porto Alegre, ano XII, n. 38, p.03, jan/mar 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p. 187.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI: O minidicionário da língua portuguesa**. 5. ed. ver. ampliada. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FONTANA, Roseli; CRUZ, Maria Nazaré. **Psicologia e Trabalho pedagógico**. São Paulo: Atlas, 1997.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GESELL, Arnold. **A criança de 0 a 5 anos**. 6.ed. São Paulo: Martins Fonte, 2003.

GIESTEIRA, Marcos. Uma obrigação difícil de cumprir. **Pátio-Educação Infantil**. Porto Alegre, ano XII, n. 38, p.03, jan/mar 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Josiane Peres; DAMKE, Anderléia Sotoriva. **O processo de adaptação**: os primeiros dias da criança no ambiente escolar. Disponível em: www.pucpr.br/eventos/educere/educere2007/anaisEventos/arquivos/CI-420-05.pdf. Acesso em 03 out. 2014.

HOFFMANN, Jussara; SILVA, Maria Beatriz G. da. **Ação Educativa na Creche**. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2002.

KALOUSTIAN, S.M. (Org.) **Família Brasileira, a Base de Tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1988.

KRAMER, Sônia. O papel social da pré-escola. In: ROSEMBERG, Fúlvia (Org.) **Creches**. São Paulo: Cortez, 1985. In: ÁVILA, Ivany Souza; XAVIER, Maria Luisa Merino (coord). **Plano de atenção à infância**: objetivos e metas na área pedagógica. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 1997.

KUHLMANN JR., M. Educando a infância brasileira. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Coords.). 500 anos de educação no Brasil. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 469-496. In: SILVA, Maria Cristina Dias de Souza O processo histórico da educação infantil: um olhar reflexivo a partir da realidade de Capivari do Sul. São Leopoldo : EST/PPG, 2010. Disponível em: http://tede.est.edu.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=260 . Acesso em 22 jul. 2014.

LOPES, Lindicéia Batista de França. Concepção de infância: uma busca pela trajetória do legalizado. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.25, p. 132 –140, mar. 2007 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/25/art11_25.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2014.

LOPES, Karina Rizek (Org.) *et al.* Coleção PROINFANTIL. **Educação de Crianças**, Unidade 4. Brasília: MEC. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância, 2005.

MALAGUZZI, Loris. **Escuelas infantiles de Reggio Emilia. La inteligencia se construye usándola**. Madrid: Ediciones Morata, 1995. In: EDWARDS, Carolyn. As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnica de pesquisas, elaboração, análise e interpretação dos dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

NICOLAU, Marieta Lúcia Machado. **A educação pré-escolar**: fundamentos e didática. São Paulo: Editora Ática, 2003.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica**: Projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. 2. ed.6. Reimpr. Revisão Maria Aparecida Bessana São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2004.

OLIVEIRA, Zilma R. de. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

ORTIZ, Cisele. Adaptação e acolhimento: um cuidado inerente ao projeto educativo da instituição e um indicador de qualidade de serviço prestado pela instituição. **Revista Nova Escola**. v. 21, nº 02, 2011. Disponível em : <revistaescola.abril.com.br/gestão-escolar/acolhida-cisele-ortiz.pdf>. acesso em: 03 out. 2014.

PAES, José Paulo. **Poesia para crianças**. São Paulo, Giordano, 1996

PAIVA, Lucélia Elizabeth. **A arte de falar da morte para crianças:** A literatura infantil como recurso para abordar a morte com crianças e educadores. São Paulo: Ideias & Letras, 2011.

PAIVA, Wilson Alves de. **A formação do homem no *Emílio de Rousseau*.** *Educ. Pesqui.* [online]. 2007, vol.33, n.2, pp. 323-333. ISSN 1517-9702. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v33n2/a10v33n2.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2014.

PAULINO, M. da E.P. **Análise Crítica do Cotidiano de uma Pré-escola da Rede Estadual de Ensino.** (Dissertação de Mestrado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989.

PAVONI, A. Os Contos e os Mitos no Ensino — Uma abordagem Junguiana. São Paulo: EPU, 1989. In: PAIVA, Lucélia Elizabeth. **A arte de falar da morte para crianças:** A literatura infantil como recurso para abordar a morte com crianças e educadores. São Paulo: Ideias & Letras, 2011.

ROUSSEAU, J.-J. *Emílio ou da educação*. 2 *Emílio ou da educação* ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973. In: PAIVA, Wilson Alves de. **A formação do homem no *Emílio de Rousseau*.** *Educ. Pesqui.* [online]. 2007, vol.33, n.2, pp. 323-333. ISSN 1517-9702. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v33n2/a10v33n2.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2014.

RADINO, Glória. **Educação infantil no Brasil:** em busca da infância. Psicopedagogia On Line :: Portal da Educação e Saúde Mental, 2000. Disponível em: <<http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=51>>. Acesso em 15 ago. 2014

ROJAS, Adriene Kiperman. Desafios da educação pré-escolar. **Pátio-Educação Infantil.** Porto Alegre, ano XII, n. 38, p.03, jan/mar 2014.

SANTOS. Elizandra Pereira dos. Adaptação de crianças na educação infantil. **Revista e-Ped-** FACOS/CNEC Osório. vol.02-n.1, ago/2012. Disponível em: <facos.edu.br/publicações/revistas/e-ped/agosto_2012/pdf/adaptações_de_crianças_na_educacao_infantil.pdf>. acesso em: 03 out. 2014.

SILVA, Maria Cristina Dias de Souza O processo histórico da educação infantil: um olhar reflexivo a partir da realidade de Capivari do Sul / Maria Cristina Dias de Souza Silva ; orientador Remí Klein ; co-orientador Euclides Redin . – São Leopoldo : EST/PPG, 2010. Disponível em:

<http://tede.est.edu.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=260> . Acesso em 22 jul. 2014.

SILVEIRA, Adrienne Galvão. O cuidar e o educar na educação infantil: uma perspectiva para graduados em licenciaturas. Minas Gerais, **Anais do II Seminário de Pesquisa do NUPEPE**, Uberlândia/MG p. 28-35. 21 e 22 de maio 2010.

Disponível em:

<http://www.eseba.ufu.br/arquivos/anais/trabalhos_Completos/Eixo_1/Adrienne_Galvao_Silveira_e%20Adriany_Avila_M_Sampaio_O_cuidar_e_o_educar_na_Educacao_Infantil.pdf>. Acesso em 25 jun. 2014.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos**. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em 27 nov. 2014.

VERGARA, Ofélia Reveco. Uma pedagogia para a educação infantil dos 4 aos 5 anos. **Pátio-Educação Infantil**. Porto Alegre, ano XII, n. 38, p.03, jan/mar 2014.

ANEXO

Termo de consentimento livre e esclarecido

Eu _____,
portador do RG nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, na cidade de _____,
fui informado detalhadamente sobre a pesquisa: **A obrigatoriedade do ingresso escolar a partir dos 4 anos de idade na perspectiva da comunidade escolar do CEMEI Manoelina Evaristo da Silva Mataveli, localizada no distrito de Santa Marta da cidade de Ibitirama-ES**, que será realizado pelas acadêmicas **Gleice Kelle Ferreira Queiroz Peixoto e Jaqueline Lima de Souza Vieira**, regularmente matriculadas no Curso de Licenciatura em Pedagogia sob a Orientação da prof. Laudineia Pirovani da Costa.

Declaro que fui plenamente esclarecido(a) sobre os questionamentos a que serei submetido e que, fui informado(a), também que os objetivos do estudo são os seguintes: Analisar a adaptação da criança ao ambiente escolar aos 4 anos de idade; Pontuar os possíveis resultados inerentes ao ingresso escolar aos 4 anos de idade; Identificar se a instituição está preparada para receber esta clientela; Investigar a reação dos pais mediante a nova proposta de inserção escolar regulamentada pela Lei 12.796 de 04 de abril de 2013

Diante do exposto, declaro que a participação foi aceita espontaneamente e que, por se tratar de trabalho acadêmico sem interesse financeiro, não tenho direito a nenhuma remuneração, ressarcimento de despesas decorrentes da participação da pesquisa ou indenização. Por fim, concordo com a utilização e divulgação dos resultados da pesquisa, desde que preservada minha identidade.

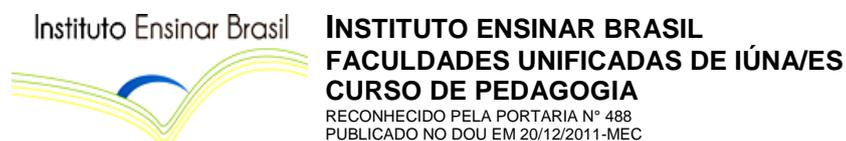
Ibitirama-ES, _____ de _____ de 2014

Participante: _____

Pesquisadora: _____

Pesquisadora: _____

APÊNDICE



Este questionário tem por objetivo subsidiar a elaboração da Monografia das alunas Gleice Kelle Ferreira Queiroz Peixoto, Jaqueline Lima de Souza Vieira, sob a orientação da Prof. Laudineia Pirovani da Costa.

A pesquisa está ligada diretamente à educação infantil, com foco na obrigatoriedade de matrícula da criança aos 4 anos de idade na pré-escola, em conformidade com a Lei 12.796/2013.

Esclarecemos que o questionário não se destina a uma avaliação individual, não havendo, portanto necessidade de identificar o respondente. Todas as informações recebidas serão tratadas com confidencialidade.

Gostaria de contar com 10 minutos de sua atenção bem com de sua contribuição neste levantamento. Por oportuno, agradecemos a preciosa colaboração de V.Sa. e colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários.

Nome do aluno	contato
Gleice Kelle Ferreira Queiroz Peixoto	gkqueiroz@gmail.com (28) 99908-3082
Jaqueline Lima de Souza Vieira	jaqueline.lja90@gmail.com (28) 99938 – 3239
Nome do professor orientador	contato
Laudineia Pirovani da Costa	prof.lau.doctum@hotmail.com (28) 99920-1299

Por favor, marque a alternativa mais adequada ao seu caso.

1. Onde fica localizada sua residência?

- () Santa Marta () Ibitirama
 () Região vizinha à Santa Marta () Outro Município

15. Você acha que a educação infantil é importante para a criança?

- Sim Não sabe responder
 Não

16. Em sua opinião, o ingresso da criança ao ambiente escolar já aos 4 anos de idade, com a obrigatoriedade do cumprimento de frequência mínima de 60% e 800 horas anuais conforme exigido pela Lei 12.796/2013, influencia para a formação futura da criança?

- Influencia muito Influencia parcialmente
 Influencia Não influencia

17. Com a obrigatoriedade de matrícula das crianças a partir dos 4 anos de idade na pré-escola, crianças que antes não eram matriculados passaram, obrigatoriamente, a frequentar a escola, sendo assim, como você avalia a estrutura física do CEMEI Manoelina Evaristo da Silva Mataveli para receber essas crianças?

- Excelente Péssimo Ruim
 Regular Bom

18. Em sua opinião o que pode melhorar no CEMEI Manoelina Evaristo da Silva Mataveli, para melhor atender as exigências trazidas pela Lei 12.796/2013, onde trata da obrigatoriedade da matrícula da criança a pré-escola a partir dos 4 anos de idade?

- Espaço físico Quantia de funcionários
 Ensino Horário de funcionamento
 Alimentação Vagas ofertadas
 Outros, especifique: _____

19. Você concorda com a obrigatoriedade de matricular as crianças na escola já a partir dos 4 anos de idade ainda que os pais e/ou responsáveis tenham disponibilidade para permanecerem com estas criança em período integral?

- Sim Às Vezes
 Não Não sabe responder

20. Você acredita que o convívio/vínculo familiar sofrerá algum tipo de influência pelo fato das crianças já aos 4 anos de idade serem obrigadas por lei a frequentarem a escola?

- Sim Às Vezes
 Não Não sabe responder

Qual Influência: _____

21. Estaria o Estado interferindo nas responsabilidades da família ao obrigar que a criança ainda com 4 anos passe a frequentar a escola?

- Sim Às Vezes
 Não Não sabe responder

22. Em sua opinião como pai/responsável, a Lei 12.796/2013 que obriga que as crianças sejam matriculadas na pré-escola a partir de 4 anos de idade e de ter um mínimo de frequência de 60% de presença e 800 horas anuais, apresenta vantagens ou desvantagens para o desempenho escolar e social da criança?

- Vantagens Não sabe responder
 Desvantagens

23. Qual a sua opinião com relação à Lei 12.796/2013, que trata da obrigatoriedade da matrícula da criança aos 4 anos de idade na pré-escola e do cumprimento de frequência mínima de 60% e 800 horas?

- Concorda Discorda
 Concorda parcialmente Discorda totalmente
 Indiferente

